

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Jaqueline da Rosa Barreto

**PAISAGEM CULTURAL E O PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO EM
RESTAURANTES ÉTNICOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA
MARTINS/RS**

Santa Maria, RS
2020

Jaqueline da Rosa Barreto

**PAISAGEM CULTURAL E O PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO EM
RESTAURANTES ÉTNICOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Lauro César Figueiredo

Santa Maria, RS
2020

Barreto, Jaqueline da Rosa
PAISAGEM CULTURAL E O PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO EM
RESTAURANTES ÉTNICOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA
MARTINS/RS / Jaqueline da Rosa Barreto.- 2020.
112 p.; 30 cm

Orientador: Lauro César Figueiredo
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2020

1. Patrimônio 2. Etnia 3. Gastronomia 4. Espacialização
5. Quarta Colônia I. Figueiredo, Lauro César II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

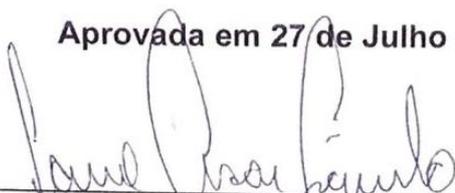
Declaro, JAQUELINE DA ROSA BARRETO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Jaqueline da Rosa Barreto

**PAISAGEM CULTURAL E O PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO EM
RESTAURANTES ÉTNICOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

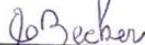
Aprovada em 27 de Julho de 2020:



Lauro César Figueiredo, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Fernanda Kieling Pedrazzi, Dr^a. (UFSM)



Elsbeth Léia Spode Becker, Dr^a. (UFN)

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, que nos momentos mais difíceis me apoiaram e incentivaram a continuar, e ao Prof^o. Dr. Lauro Cesar Figueiredo que mesmo no período em que se encontrava enfermo e distante geograficamente acreditou no meu potencial e não deixou de me ajudar, ensinando que mesmo na adversidade temos que seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer àquelas pessoas que tornaram possível este trabalho, agradeço:

- a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada;
- à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por me proporcionar um ensino de qualidade;

- ao meu orientador, Lauro Cesar Figueiredo, pela dedicação, auxílio, conhecimento e especialmente por acreditar no meu trabalho. Por relevar erros e atrasos. Por dedicar muito mais do que necessário, por sacrificar tempo de fins de semana e lazer para me ajudar. Por ser uma ótima pessoa e professor;

- a todos os professores do curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM, que foram tão importantes na minha vida acadêmica;

- aos proprietários e gerentes dos restaurantes pelas informações disponibilizadas;

- Minha gratidão aos colegas do PPGPC que de diferentes modos participaram, do processo de elaboração deste trabalho. Além da convivência e aprendizagem diária que me proporcionaram;

- aos meus pais Nelma e Vesnei, meus irmãos Tatiane, Bruna e Gustavo, que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida;

- a Professora e amiga Lilian Han Mariano da Rocha, que ao longo desse período se fez presente e incentivadora deste trabalho;

Enfim a todos àqueles que fizeram parte desta longa caminhada, e que a cada dia contribuíram para que eu pudesse crescer intelectualmente.

A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato.

(Nildo Lage)

RESUMO

PAISAGEM CULTURAL E O PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO EM RESTAURANTES ÉTNICOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS/RS

AUTORA: Jaqueline da Rosa Barreto
ORIENTADOR: Lauro César Figueiredo

O mosaico étnico cultural que formou o Rio Grande do Sul permitiu a materialização do patrimônio cultural que compõe os processos de identificação dos grupos sociais. Considerando os diversos temas analisados, se destacam os estudos culturais, devido à necessidade de entendimento da diversidade étnico cultural, da qual resultam as formas e funções atuais. Neste contexto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar os estabelecimentos gastronômicos desenvolvidos pelos descendentes de italianos, da antiga Colônia de Silveira Martins/RS, que compõem os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e ainda Arroio Grande, distrito pertencente à Santa Maria. Especificamente, buscou-se: a) Estabelecer a relação entre hábitos alimentares e etnia, visando identificar as principais características gastronômicas do grupo cultural em estudo; b) Criar um banco de dados sobre a gastronomia regional e documentar o patrimônio cultural típico através da construção de um acervo fotográfico comentado, que permita materializar a memória do grupo social no recorte espacial em estudo; c) Realizar a espacialização dos principais estabelecimentos comerciais étnicos, como subsídio para propor uma rota gastronômica cultural da colônia Silveira Martins e d) Construir um *blog* para divulgar a temática da alimentação regional na região central do Rio Grande do Sul. Metodologicamente a pesquisa se estruturou em etapas: inicialmente realizou-se a operacionalização dos conceitos via levantamentos bibliográficos. A segunda fase consistiu-se na coleta de dados, que auxiliaram na compreensão dos signos identitários da gastronomia local. Na terceira etapa, realizou-se o trabalho de campo, que permitiu a observação *in loco* e a coleta de dados. Como etapa final, visando divulgar a temática proposta e tendo como subsídios as informações armazenadas, foi elaborado um *blog* sobre o processo de espacialização gastronômico típico da região cultural italiana situada no centro do Rio Grande do Sul, tendo como preocupação central demonstrar as especificidades locais no contexto da etnia italiana.

Palavras-chave: Patrimônio. Etnia. Gastronomia. Espacialização.

ABSTRACT

CULTURAL LANDSCAPE AND GASTRONOMIC HERITAGE IN ETHNIC RESTAURANTS OF THE FORMER COLONY OF SILVEIRA MARTINS/RS

AUTHOR: JAQUELINE DA ROSA BARRETO
ADVISOR: LAURO CÉSAR FIGUEIREDO

The materialization of cultural heritage, which is responsible for the identification of social groups, happened in the state of Rio Grande do Sul as a consequence of its ethnic and cultural diversity. Among the different themes included in this research, cultural studies is emphasized because a clear understanding of ethnic and cultural diversity is necessary to comprehend current form and function. Based on that, the main goal of this research is to analyse the gastronomic establishments built by the Italian descendants in the former colony of Silveira Martins/RS, which includes the following towns: Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande and Arroio Grande, this last one is a district that belongs to Santa Maria. The research aims: a) to develop a relation between eating habits and ethnicity in order to identify the main gastronomic characteristics of the cultural group being studied. b) to create a database about the local gastronomy and to register the traditional cultural heritage through a commented photography collection, which helps to materialize the memory of the social group and the local studied; and; c) Spatialize the main ethnic commercial sectors a subsidy to propose a cultural gastronomic route for the Silveira Martins colony and d) to create a blog to advertise the local cuisine, made in the central region of the state of Rio Grande do Sul. The research was developed in different parts. First concepts were studied and organized through bibliographical research. Then data were collected, which helped to understand the culture identity of the local gastronomy. After this, a field research was conducted through which *in loco* analysis was made and data were collected. Finally, in order to advertise the theme of the research, based on the gathered information, a blog about the gastronomic spatialization process of the traditional and cultural Italian area located in the center of the state of Rio Grande do Sul was created. The main purpose of this blog is to show local uniqueness of the Italian ethnicity context.

Keywords: Heritage. Ethnicity. Gastronomy. Spatialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	- Mapa de localização dos municípios oriundos da antiga Colônia de Silveira Martins/RS.....	17
Figura 1	- Fluxograma dos procedimentos da estrutura da pesquisa.....	22
Quadro 1	- Principais temáticas e autores usados na revisão bibliográfica.....	23
Gráfico 1	- Estimativa dos descendentes de italianos no Brasil no ano de 2013.....	25
Figura 2	- Cartaz de incentivo a vinda de imigrantes italianos ao Brasil.....	26
Mapa 2	- Mapa de localização das regiões da Itália.....	27
Figura 3	- Imigrantes aguardando o embarque no Porto de Gênova/IT.....	29
Figura 4	- Imigrantes italianos a bordo do navio a vapor em direção ao Brasil.....	29
Figura 5	- Imigrantes italianos a bordo no convés do navio a vapor em direção ao Brasil.....	30
Figura 6	- Ilustração do interior dos navios que transportavam os imigrantes italianos para o Brasil.....	31
Figura 7	- Embarque dos imigrantes italianos nas estações de trens brasileiras com destino aos locais de trabalho.....	32
Mapa 3	- Mapa do trajeto realizado pelos imigrantes dentro do estado do Rio Grande do Sul.....	34
Figura 8	- Fachada do Restaurante Val de Buia.....	68
Figura 9	- Ambiente interno do Restaurante Val de Buia.....	69
Figura 10	- Detalhes da decoração do ambiente interno do Restaurante Val de Buia.....	70
Figura 11	- Área externa do Restaurante Val de Buia.....	71
Figura 12	- Entrada do Ristorante La Sorella.....	72
Figura 13	- Folder da propaganda dos serviços oferecidos pelo Ristorante La Sorella.....	73
Figura 14	- Sequência servida pelo Ristorante La Sorella.....	74
Figura 15	- Ambiente interno do Ristorante La Sorella.....	75
Figura 16	- Tábua de frios e vinho servidos como entrada da sequência.....	76
Figura 17	- Pousada e Restaurante Recanto.....	77
Figura 18	- Salão principal do Restaurante Recanto.....	78
Figura 19	- Características e decoração interna do Restaurante Recanto.....	79
Figura 20	- Estruturas originais preservadas no interior do Restaurante Recanto.....	80
Figura 21	- Folder ilustrativo da Pousada e Restaurante Recanto.....	81
Figura 22	- Imigrantes italianos da família do Nilton Brondani.....	82
Figura 23	- Área onde se encontra o Restaurante Rio Vale.....	83
Figura 24	- Entrada do Restaurante Rio Vale.....	83

Figura 25	- Preparo dos alimentos servidos aos clientes do Restaurante Rio Vale.....	84
Figura 26	- Palhas italianas distribuídas como lembranças às clientes no dia Internacional da Mulher.....	85
Figura 27	- Decoração interna do Restaurante Rio Vale.....	86
Mapa 4	- Mapa de localização dos Restaurantes de etnia italiana nos municípios do recorte espacial em estudo.....	91
Figura 28	- Entrada do Romilda Restaurante.....	87
Figura 29	- Ambientes internos do Romilda Restaurante.....	88
Figura 30	- Pratos mais solicitados no Romilda Restaurante.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Estabelecimentos alimentícios localizados nos municípios oriundos da antiga Colônia de Silveira Martins.....	66
----------	--	----

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DE RESTAURANTES DESCENDENTES DE IMIGRANTES DE ITALIANOS QUE RESIDEM OU RESIDIRAM NOS MUNICÍPIOS ORIUNDOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS/RS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAP	Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
CONDESUS	Conselho de Desenvolvimento Sustentável
DEPAM	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
IFLA	Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEPEC	Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Espaço e Cultura
PPGPC	Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEIP	Zona Especial de Interesse do Patrimônio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2.1	O MÉTODO DIALÉTICO COMO BASE.....	19
2.2	PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	20
3	ESTRUTURAÇÃO HISTÓRICA GEOGRÁFICA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA	24
3.1	CULTURA ITALIANA NO BRASIL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS.....	24
3.2	ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL E NA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS.....	30
4	O ESTADO DA ARTE	37
4.1	O CONCEITO DE CULTURA.....	38
4.2	A GEOGRAFIA CULTURAL.....	40
4.3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	42
4.3.1	Patrimônio cultural: A gastronomia como patrimônio cultural	43
4.4	IDENTIDADE CULTURAL.....	47
4.5	CONSTRUÇÃO DE UMA CHAVE TEÓRICA SOBRE OUTROS OLHARES DO PATRIMÔNIO: A PAISAGEM CULTURAL.....	49
4.5.1	O conceito de paisagem cultural e o IPHAN	55
4.5.2	Os atributos da paisagem cultural	57
4.5.3	Os valores da paisagem cultural	58
4.5.4	A paisagem cultural como patrimônio	61
4.5.5	Estratégias de gestão integrada da paisagem cultural	63
4.5.6	O planejamento urbano na conservação do patrimônio: políticas setoriais	63
4.5.7	Interdisciplinaridade, participação e território	65
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE	102

Os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais envolvidos na formação territorial do Rio Grande do Sul resultaram num conjunto de recortes regionais internos complexos do ponto de vista cultural. Tal complexidade deve-se à diversidade étnico-cultural materializada pelos diversos grupos sociais que se inseriram no extremo Sul do Brasil, formando regiões singulares, pautadas em distintos processos de identificação social, cultural e econômica.

O mosaico étnico cultural que formou o Rio Grande do Sul permitiu a materialização de diversos patrimônios culturais que compõe os processos de identificação dos grupos sociais. Tais patrimônios referem-se à simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções (BRUM NETO, 2007).

Dentre os processos de expressão cultural, destacamos a gastronomia típica de uma determinada etnia. A gastronomia, um dos patrimônios mais expressivos das particularidades étnicas, refere-se às práticas alimentares, as escolhas, as preferências, os produtos, ao modo de preparo, aos temperos e aos "segredos" culinários, que transformam os hábitos alimentares em características culturais marcantes, ou seja, os saberes e fazeres de cada grupo cultural.

Na perspectiva dos estudos espaço-culturais, esta dissertação propôs analisar a gastronomia típica da antiga Colônia Silveira Martins, que se situava na porção central do Rio Grande do Sul. Elegeu-se como recorte espacial os municípios originados da referida ex-colônia, devido à etnia italiana. Dessa forma, o recorte espacial em estudo é composto pelas seguintes unidades territoriais: Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, além do distrito de Arroio Grande, pertencente ao município de Santa Maria.

Destaca-se que o recorte espacial em estudo apresenta potencialidades de desenvolvimento local/regional no âmbito gastronômico. Nesse sentido, Stecker (2010) propôs uma Rota Gastronômica Turística de Santa Maria à Silveira Martins, porém, não há um estudo aprofundado de toda região, bem como, uma espacialização

que contemple todos os municípios do recorte regional em estudo. Dessa forma, torna-se relevante realizar um estudo científico, no âmbito da ciência geográfica, que relacione os aspectos espaciais e culturais.

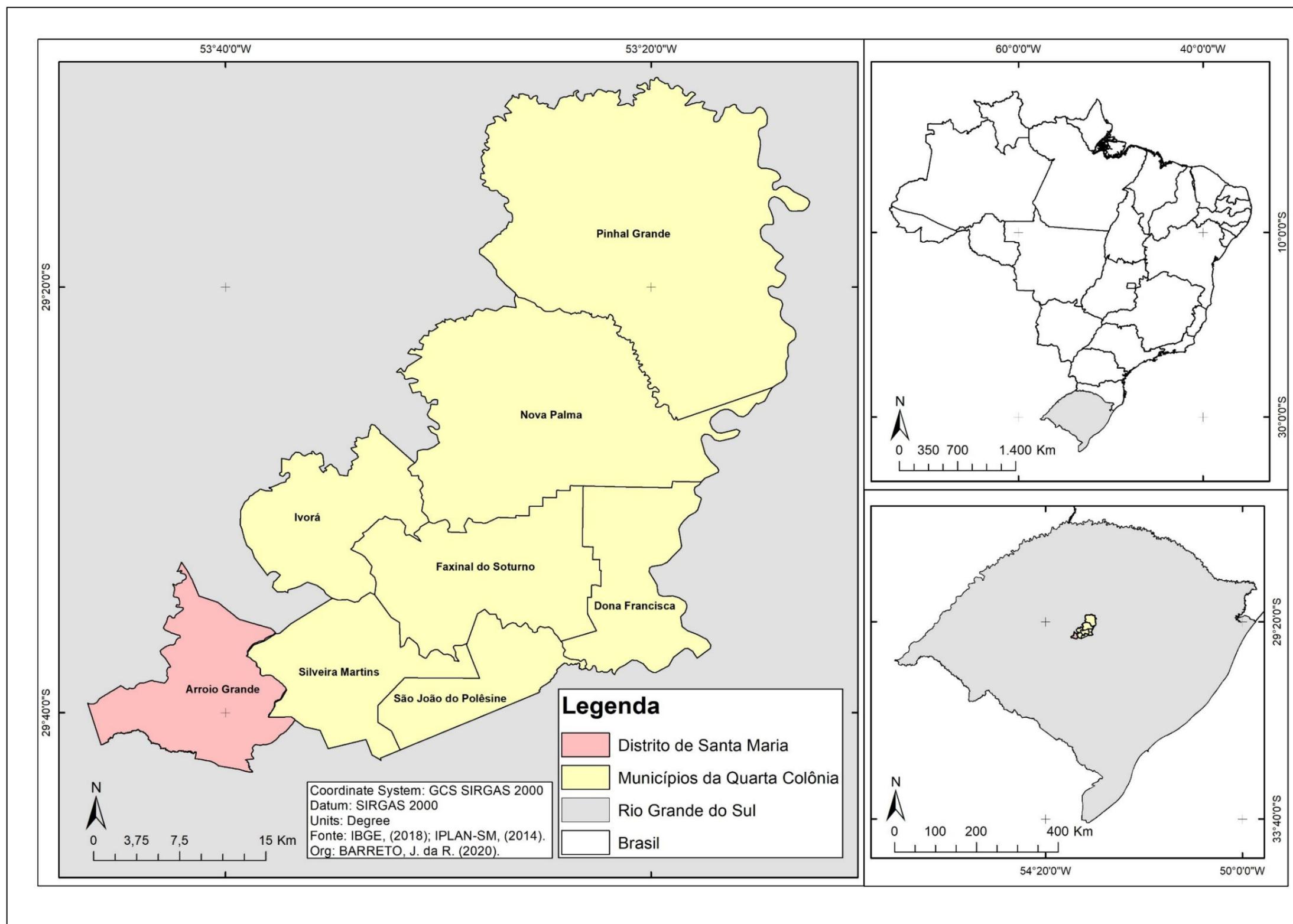
Justifica-se a opção espacial e a nomenclatura adotada devido ao fato de que, atualmente, para se referir a região supracitada, utiliza-se a denominação Quarta Colônia de Imigração Italiana. Porém, por questões políticas e econômicas, principalmente vinculadas ao órgão gestor, o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), essa região compreende municípios oriundos de distintos tipos de colonização, como Agudo (alemã) e Restinga Seca (colonização mista), mas na sua totalidade a presença dos italianos é em maior número e, conseqüentemente, as suas marcas culturais estão presentes com maior visibilidade no recorte espacial em estudo (Mapa 1).

Ao estudar a região de descendência italiana, elaborou-se um diagnóstico e prognóstico sobre as práticas alimentares tradicionais, para subsidiar a construção de espacializações, via mapas temáticos, que permitam estabelecer um roteiro gastronômico dos principais estabelecimentos alimentícios. Tendo também como preocupação elaborar um acervo fotográfico sobre a temática em estudo, no intuito de proporcionar a visualização da arquitetura e dos pratos típicos. Os dados coletados fornecem subsídios para identificar os polos de concentração gastronômica, as áreas carentes de investimentos, bem como, os municípios com potencial de desenvolvimento gastronômico nesta região.

A relevância da pesquisa justificou-se na necessidade de se identificar as origens das diferentes práticas alimentares (saberes e fazeres) e a conseqüente contribuição da etnia italiana para a formação da culinária regional, visando preservar a memória e divulgar as particularidades gastronômicas materializadas nos cardápios, ingredientes e técnicas de preparo de cada prato típico.

Neste sentido, o projeto propôs uma pesquisa exploratória que vem ao encontro das preocupações com a dinâmica espacial, sua espacialidade e formas de materialização. Ao considerar que a ciência geográfica tem como objeto de estudo a interface natureza-sociedade, é essencial analisar as diferentes formas de apreensão

Mapa 1- Mapa de localização dos municípios oriundos da antiga Colônia de Silveira Martins/RS



Org.: BARRETO, J. da R. (2020).
Fonte: IBGE (2016); IPLAN-SM (2016).

da natureza pelos grupos étnicos, pois esses imprimem na paisagem as singularidades oriundas de suas práticas culturais, alicerçadas pelo desenvolvimento técnico que possuem.

A cultura torna-se fundamental para explicar as disparidades e desigualdades regionais através das distintas formas de apropriação do espaço pelos grupos sociais. Entende-se que é através do estabelecimento de um grupo cultural e da forma como ele organiza os meios de produção que são determinados a produção e transformação do espaço. Assim as constantes reorganizações espaciais são produtos sociais, repletos de crenças e valores, que originam formas singulares, dotadas de significados.

A pesquisa tem como foco central uma análise pelo viés cultural, com o objetivo geral de analisar os estabelecimentos gastronômicos típicos desenvolvidos pelos descendentes de italianos da antiga Colônia de Silveira Martins/RS, visando elaborar um diagnóstico sobre as práticas alimentares tradicionais, para subsidiar a construção de um mapeamento que permita estabelecer um roteiro gastronômico e um acervo fotográfico sobre a temática em estudo, no intuito de contribuir para a preservação da memória cultural local/regional, visando contribuir com a análise da sua identidade cultural, enfatizando os saberes e os fazeres dos grupos sociais que compõe esta unidade territorial.

Como objetivos secundários da pesquisa, busca-se identificar o processo de reterritorialização do patrimônio cultural gastronomia típica italiana na região da antiga Colônia de Silveira Martins, analisando as principais transformações ocorridas nos ingredientes/cardápio/técnicas mediante a necessidade de adaptação tais como: a) estabelecer a relação entre hábitos alimentares e etnia, visando identificar as principais características gastronômicas do grupo cultural em estudo; b) criar um banco de dados sobre a gastronomia regional e documentar o patrimônio cultural da gastronomia típica através da construção de um arquivo fotográfico comentado, que permita materializar a memória do grupo social no recorte espacial em estudo; c) Realizar a espacialização dos principais estabelecimentos comerciais étnicos, como subsídio para propor uma rota gastronômica cultural da colônia Silveira Martins e d) construir um *blog* para divulgar a temática da alimentação regional na região central do Rio Grande do Sul.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa, utilizou-se o método dialético. Justifica-se esta escolha pelo fato de o trabalho visar compreender a dinâmica e valorização dos estabelecimentos alimentícios ocorridas por meio da presença dos descendentes de imigrantes italianos que condicionam a reorganização geográfica do espaço dos municípios oriundos da Colônia de Silveira Martins/RS. O conhecimento científico é composto de informações que, de alguma forma, foram comprovadas perante análises e métodos científicos. Diversos estudiosos do passado expressaram a vontade de determinar um método universal que pudesse ser usado em todos os segmentos do conhecimento. Nos dias atuais, porém, os cientistas preferem falar numa heterogeneidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a ser investigado.

Deste modo, podemos determinar método como caminho para chegarmos a determinado fim. E método científico como o conjunto de processos intelectuais e técnicos seguidos para alcançarmos a informação. Dentre esses métodos podemos citar o dialético, que conforme Demo (2000, p. 25), “do ponto de vista dialético, conhecimento científico encontra seu distintivo maior na paixão pelo questionamento, alimentado pela dúvida metódica”.

2.1 O MÉTODO DIALÉTICO COMO BASE

Em resumo, o método dialético deriva da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, modifica-se e há continuamente uma contradição própria a cada fenômeno. No método dialético, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, uma vez que tudo está sempre em constante mudança no mundo.

De acordo com Gil (2008, p. 14),

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Assim, o método dialético favorece as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Desta maneira, as pesquisas científicas baseadas no método dialético diferem-se nitidamente das pesquisas desenvolvidas sob a ótica dos demais métodos científicos existentes.

2.2 PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para os processos metodológicos, estruturou-se a pesquisa em etapas, organizadas visando atingir os objetivos propostos. A fase inicial constitui-se do aprofundamento das discussões teóricas, através de um resgate histórico-cultural, buscando em bibliografias específicas subsídios para identificar as principais categorias formadoras do código cultural da gastronomia italiana, tais como: pratos típicos originários dos primeiros imigrantes, ingredientes utilizados, técnicas de preparo, nome dos restaurantes, decoração e música nos restaurantes, vestimenta dos garçons, entre outros. Com base nesta matriz teórica poder-se-á compreender como ocorreu a reterritorialização da gastronomia típica italiana na região central do Rio Grande do Sul. Este processo teórico permitirá evidenciar a materialização, via gastronomia típica, das práticas alimentares que o referido grupo cultural reterritorializou no Estado, evidenciando as permanências e transformações em relação aos hábitos culinários tradicionais, que foram se resignificando no decorrer do tempo.

Paralelamente ao resgate histórico-cultural foi realizado o trabalho de campo. Este foi desenvolvido nas unidades territoriais oriundas da antiga Colônia de Silveira Martins, tendo como foco central os estabelecimentos comerciais, restaurantes étnicos e armazéns de produtos coloniais que são considerados signos identitários da gastronomia local. Nesta pesquisa foram considerados restaurantes típicos aqueles estabelecimentos que apresentarem, em seus cardápios, os pratos reconhecidos como típicos da etnia italiana, com dados obtidos através da entrevista com os proprietários. O levantamento dos estabelecimentos típicos será realizado através de uma pesquisa nas Prefeituras Municipais das unidades territoriais em estudo, em *sites* da internet, mídia local e o conhecimento empírico da região em estudo.

Neste sentido, foi elaborado um questionário, instrumento de pesquisa, com questões específicas sobre a temática em estudo, visando coletar informações *in loco*

sobre a relação hábitos alimentares e etnia, para balizar as principais características gastronômicas deste grupo social na atualidade. Para delimitar as características referidas, foram considerados os seguintes critérios: origem étnica do(s) proprietário(s), data de criação do estabelecimento, nome do restaurante, pratos típicos (cardápio, ingredientes, receitas, técnicas de preparo), trabalho (familiar ou contratados), cursos de formação (qualificação), gestão (familiar ou terceirizada), público alvo preferencialmente (descendentes da etnia), elementos decorativos (típica da etnia), uniforme (característicos da etnia), divulgação (se ocorre, onde e como), se os proprietários desenvolvem outra atividade econômica ou se esta é a única fonte de renda, quais dias da semana está aberto ao público, dentre outros critérios relevantes que foram arrolados com o decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

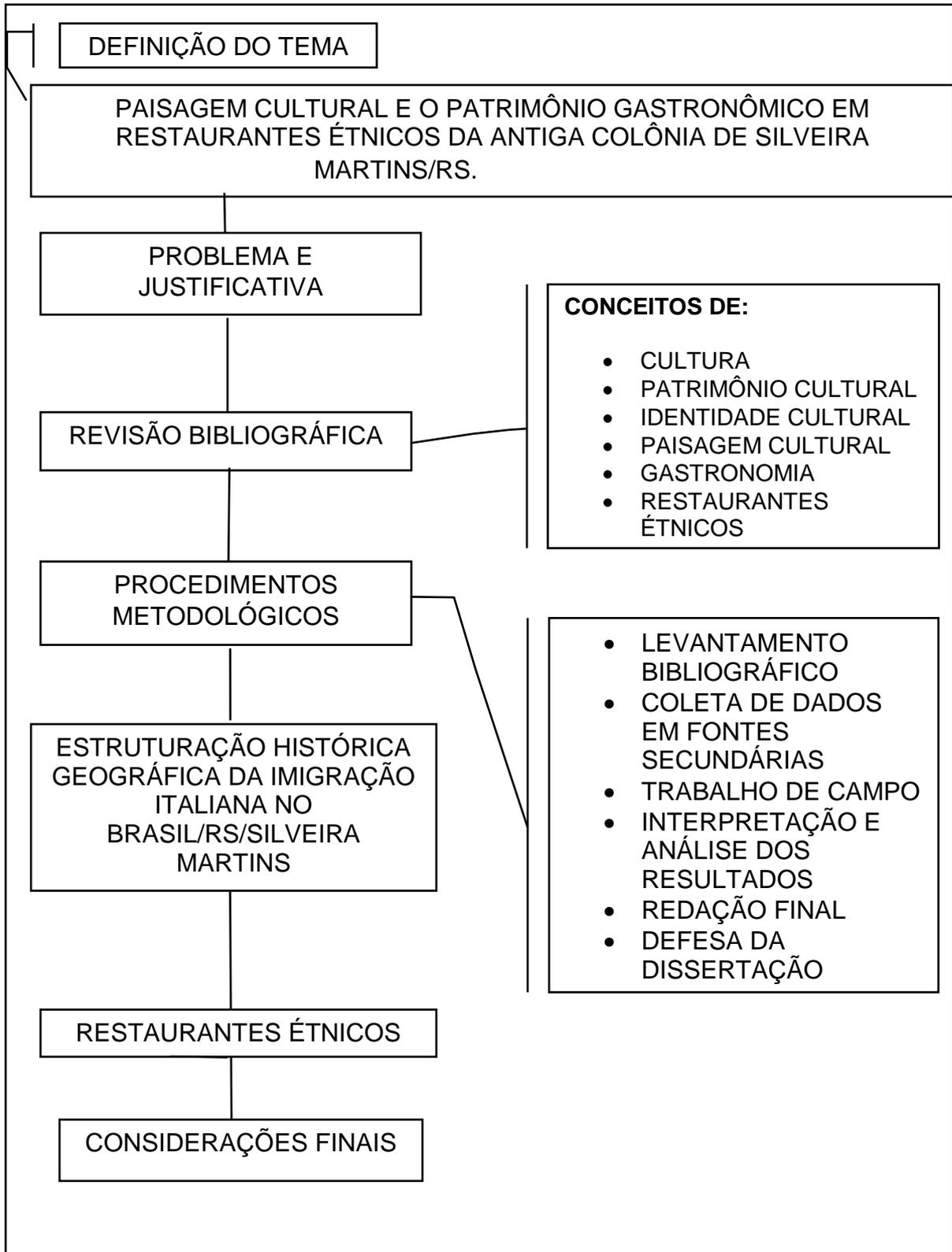
As informações qualitativas e quantitativas coletadas em campo permitiram a criação de um banco de dados sobre a gastronomia dos distintos grupos étnicos que compõem a região em estudo, que foram fundamentais para as etapas posteriores. Durante o trabalho de campo também foram capturadas fotografias que exemplificam a gastronomia típica regional. Estas foram fundamentais para demonstrar a territorialização da temática em estudo e, para a construção do arquivo fotográfico.

Para atender ao terceiro objetivo secundário, ou seja, a espacialização dos principais estabelecimentos étnicos, será feito um levantamento dos endereços e uma proposta de uma rota gastronômica cultural para a região. Esta rota disponibilizará a localização em cada unidade territorial dos restaurantes, especificando a etnia, as rotas de acesso, nome do estabelecimento, endereço, contato (telefone, site, e-mail), cardápio, entre outros aspectos relevantes apurados na pesquisa.

Na quarta e última etapa, visando divulgar a temática proposta e tendo como subsídios as informações armazenadas, será elaborado um *blog* sobre a gastronomia típica da região cultural italiana situada no centro do Rio Grande do Sul, tendo como preocupação central demonstrar as especificidades locais no contexto de sua diversidade étnica.

Realizar-se-á a elaboração de artigos científicos, publicações em periódicos científicos que tratam dessa temática, visando divulgar a experiência obtida com o desenvolvimento deste estudo, culminando com a defesa da Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) pela Universidade Federal de Santa Maria (figura 1).

Figura 1 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos da estrutura da pesquisa



Quadro 1- Principais temáticas e autores usados na revisão bibliográfica

TEMÁTICA	AUTORES
CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL	ARMESTO (2002), BRUM NETO (2007), BRUM NETO; BEZZI (2008), CONNOR (1994), CUCHE (2002), CURY (2000), FUNARI; PELEGRINI (2014), HALL (2002).
GEOGRAFIA CULTURAL	CLAVAL (1999), CORRÊA; ROSENDAHL (2002), COSGROVE (2007), SAUER (1998), WAGNER; MIKESELL (2003).
IDENTIDADE CULTURAL	BRUM NETO (2007), CASTELLS (1999), CLAVAL (1997), CUCHE (1999), HAESBAERT (1999), PESAVENTO (2005), POLLAK (1992).
IMIGRAÇÃO ITALIANA	BRUM NETO (2007), GIRON; HEREDIA (2007), PEREIRA (2008), SPONCHIADO (1996), VENDRAME (2007).
PAISAGEM CULTURAL	CORRÊA; ROSENDAHL (1999), FIGUEIREDO; PIMENTA (2014), MENESES (2002), RIBEIRO (2007), WEISSHEIMER (2012).
PATRIMÔNIO CULTURAL: GASTRONOMIA	BELUZZO (2004), MONTANARI (2008), POULAIN (2006), SCHLUTER (2003), TREFZER (2002).

GEOGRÁFICA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

A consciência do orgulho de ser italiano não abandona mais o imigrante, mesmo passado muitos anos desde o dia em que deixou a sua aldeia natal, ainda que as suas memórias e suas recordações não sejam mais alimentadas do afeto de parentes que permaneceram na Pátria.

Na sociedade na qual vive, diferente daquela onde nasceu graças à uma família, às tradições, ao ambiente e costumes, tenha sempre consideração com aqueles produtos da indústria nacional que lhes foram familiares na infância: pense que os consumindo estará favorecendo seus próprios irmãos distantes.

Mantenha, além do mais, vivo o uso da própria língua e o culto às próprias instituições; eduque os filhos dentro do amor com relação à sua Pátria para que conheçam a língua, a história e a geografia da Itália. Ainda que ele assuma a nacionalidade do país no qual se encontra, não renegue e não esqueça a sublime herança moral dos próprios antepassados e transmita aos netos a sagrada chama do amor à Pátria distante: ele permanecerá assim como bom filho da Itália. Viva a Itália, sempre. (COMMISSARIATO GENERALE DELL' EMIGRAZIONE, [19--]. p.16).

Este capítulo proporciona ao leitor compreender melhor a imigração italiana no Brasil, no Rio Grande do Sul e em especial na região da antiga Colônia de Silveira Martins. Apresentando os aspectos históricos, étnicos culturais e socioeconômicos da formação italiana.

3.1 CULTURA ITALIANA NO BRASIL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

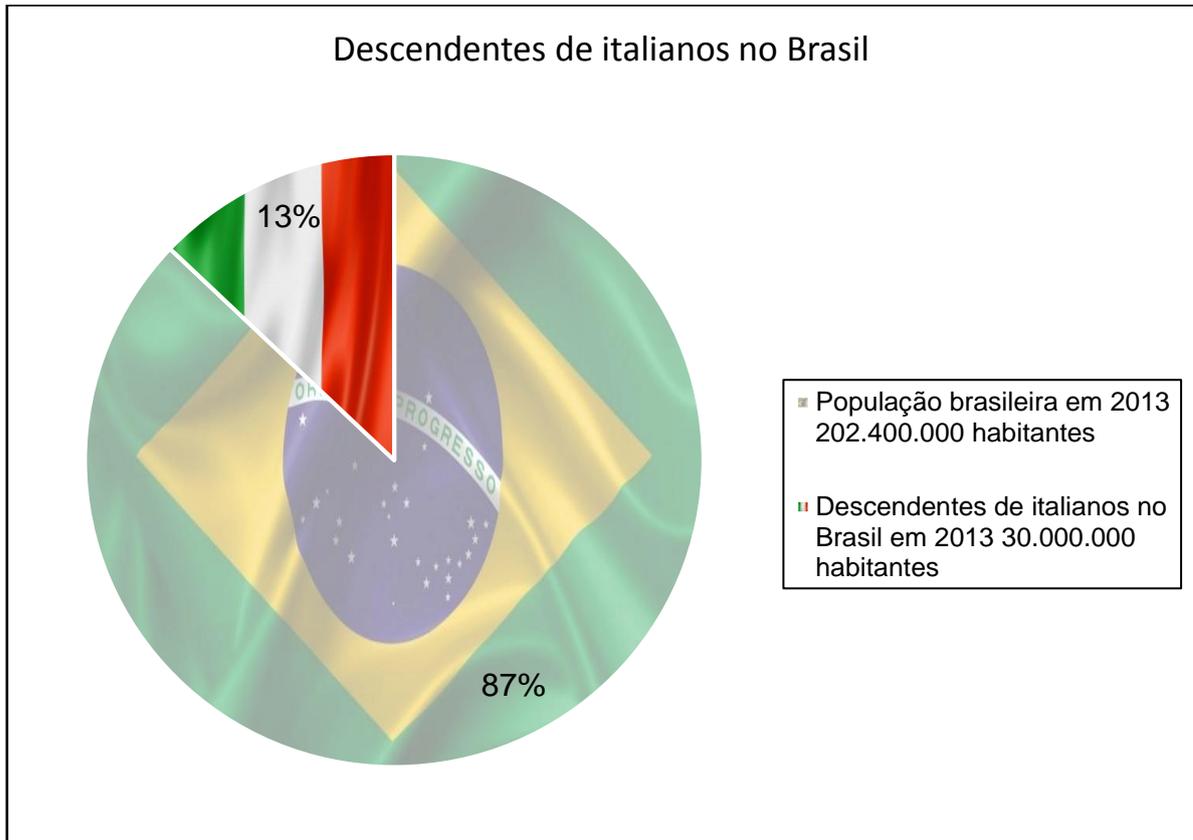
Nos dias atuais, de cada 100 brasileiros 15 são filhos, netos ou bisnetos de italianos. De acordo com a estimativa da Embaixada Italiana em 2013 no Brasil havia cerca de 30 milhões de italianos, o que vem a ser 15% da população brasileira, confirmando que há uma influência italiana espalhada pelo território brasileiro (Gráfico 1).

Há mais de 140 anos, se deu a imigração italiana por meio da aventura dos corajosos europeus que atravessaram o Oceano Atlântico em busca de uma nova vida e atraídos pela propaganda de incentivo do governo brasileiro, que através de cartazes ilustrativos convidava italianos a virem para o Brasil e começarem uma nova vida com seus familiares.

Nesses cartazes havia a propaganda do que os imigrantes encontrariam em terras brasileiras: “Venham construir os seus sonhos com a família. Um país de

oportunidade. Clima tropical e abundância. Riquezas minerais. No Brasil vocês poderão ter o seu castelo. O governo dá terras e utensílios a todos”. (Figura 2).

Gráfico 1- Estimativa dos descendentes de italianos no Brasil no ano de 2013



Fonte: IBGE (2013),; Ambasciata d'Italia (2013).
Org: BARRETO, J. da R. 2019.

A história da população brasileira mudou com a chegada desses italianos que vieram atraídos por essa propaganda. Eles ajudaram a construir São Paulo a maior cidade do nosso país, revolucionaram a agricultura, nos revelaram o encanto das pizzas e das massas, deixaram sua marca na agricultura e na culinária brasileira. Chegaram à América como quem chega à terra prometida, vieram em busca de uma nova vida de esperança. Porém, encontraram muitas dificuldades, pois foi uma história que envolveu partidas, abandonos, e, acima de tudo, coragem.

Foi da região do Vêneto uma das mais belas e pobres da Itália de onde partiu grande parte dos imigrantes que deixaram para trás suas cidades, mas que ao abandonarem esses lugares levaram na lembrança a certeza que mesmo na

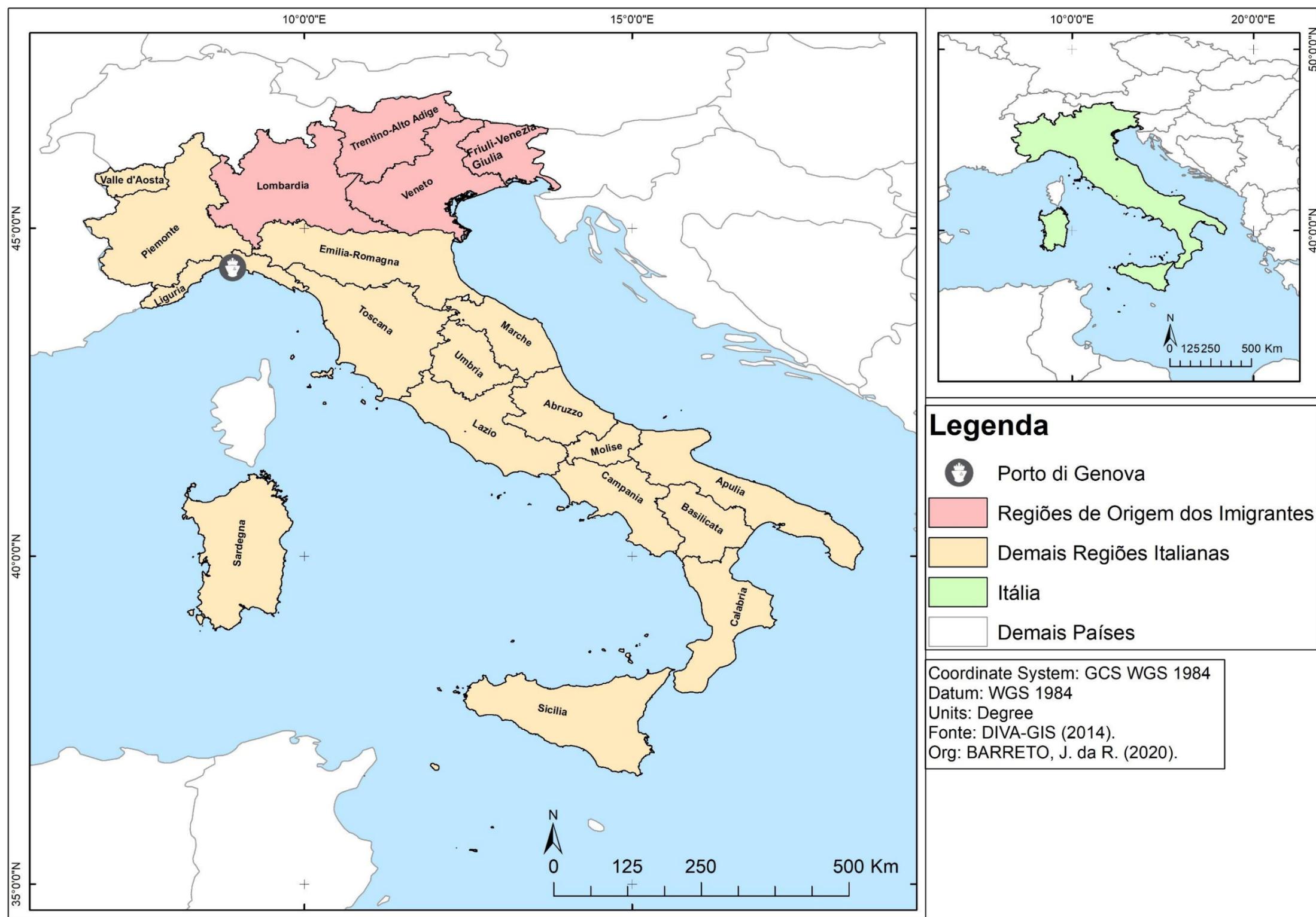
adversidade é possível uma nova vida, e a prova é a própria Veneza, uma cidade que desafiou a geografia e foi construída sobre as águas (Mapa 2).

Figura 2- Cartaz de incentivo a vinda de imigrantes italianos ao Brasil



Fonte: Homepage Pesquisa italiana, (2019).
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Mapa 2- Mapa de Localização das regiões da Itália



No entanto, nem a imponência da capital do Vêneto da Itália da segunda metade do século XIX impediu que os italianos mergulhassem numa grande crise. No caso específico da Itália, depois de um longo período de mais de duas décadas de lutas para a unificação do país, sua população era especificamente rural e, tinha dificuldades de sobreviver tanto nas pequenas propriedades que possuía ou onde simplesmente trabalhavam, seja nas cidades, para onde se deslocavam em busca de trabalho. Não havia comida nem trabalho e era dessa Itália pobre e sem oportunidades que os imigrantes embarcaram em navios a vapor e com poucas bagagens, enfrentando o mar por mais de um mês.

Nesta época, o Brasil precisava de mão de obra para a colheita do café, ao mesmo tempo ofertava as terras, o que acabou por atrair os imigrantes que foram principalmente para os estados do Sudeste e Sul do Brasil, transformando dificuldades em riquezas e espalhando suas tradições.

A primeira leva de imigrantes italianos partiu do porto de Gênova, no dia 03 de janeiro de 1874, a bordo do navio de bandeira francesa chamado *La Sofia*. Eram ao todo 386 imigrantes trentinos e vênnetos, que desembarcaram no Espírito Santo em 21 de fevereiro do mesmo ano (Figura 3, 4 e 5).

As famílias italianas que tinham suas passagens custeadas pelo governo brasileiro, alojavam-se na terceira classe do navio, ou seja, nos porões, com pouca iluminação, sem ventilação e úmidas além da superlotação. Com a superlotação de passageiros, as condições sanitárias dos navios eram péssimas, o que acabava por favorecer a disseminação de doenças contagiosas que, em muitos casos, culminou com a morte de muitos passageiros. Não obstante, era impossível dar um velório digno a esses mortos. Como consolo aos familiares que ali continuavam a viagem, eram feitas pequenas cerimônias religiosas nos porões. Após, envolviam os corpos em sacos e os lançavam ao mar. E apesar de todo o sofrimento durante a longa travessia, os imigrantes se reuniam para cantarem tradicionais músicas da Itália como forma de passar o tempo (Figura 6).

Figura 3- Imigrantes aguardando o embarque no Porto de Gênova/IT



Fonte: Homepage Pesquisa italiana, (2019).
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Figura 4- Imigrantes italianos a bordo no navio a vapor em direção ao Brasil



Fonte: Homepage Pesquisa italiana, (2019).
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Figura 5- Imigrantes italianos no convés do navio a vapor em direção ao Brasil



Fonte: Homepage Pesquisa italiana, (2019).
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

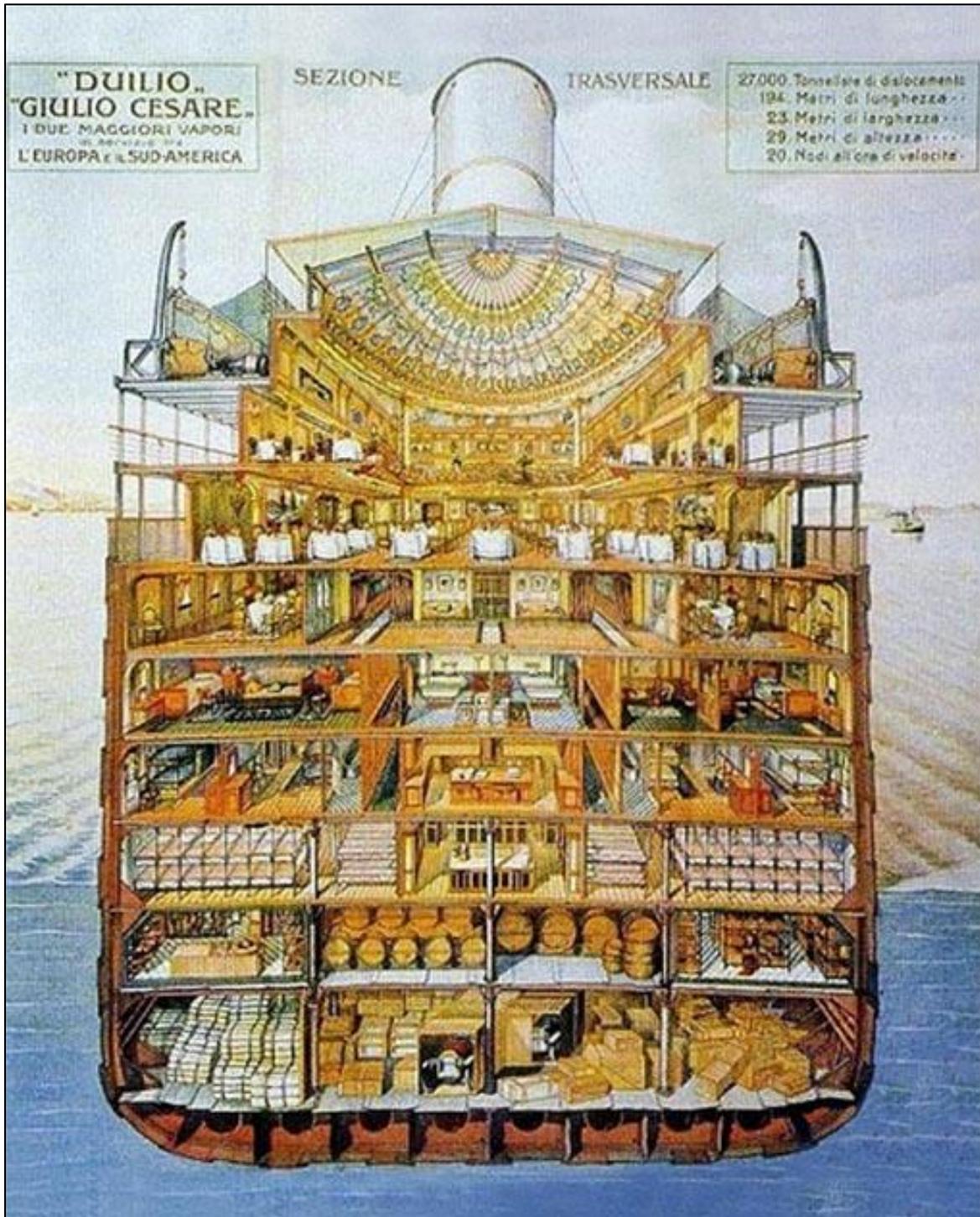
A chegada era, com toda certeza, um alívio para os que conseguiram fazer a travessia diante de tantos problemas e condições precárias. Se encantavam com nossa natureza ainda preservada na época, mas estranhavam homens e mulheres de pele escura, raros na Europa neste período. Depois da longa e cansativa viagem de navio entre a Itália e o Brasil, ao desembarcar em Santos ou no Rio, os imigrantes italianos eram direcionados para uma Hospedaria dos Imigrantes e em seguida para as fazendas para onde haviam sido designados (Figura 7).

3.2 ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL E NA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS

O Sul do Brasil exercia um poder de atração de italianos, pois contava com disponibilidade de terras, atraindo os que aspiravam se tornar proprietários rurais. Contudo, as notícias eram de que o clima no Brasil meridional era suficientemente semelhante ao italiano para assegurar o cultivo de produtos aos quais estavam acostumados e tinham conhecimento contribuiu para a corrente migratória italiana ter

se concentrado quase que exclusivamente nos estados sulinos, nesse primeiro período de imigração.

Figura 6- Ilustração do interior dos navios que transportavam os imigrantes italianos para o Brasil



Fonte: Homepage Pesquisa italiana, (2019).
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Figura 7 - Embarque dos imigrantes italianos nas estações de trens brasileiras com destino aos locais de trabalho



Fonte: Homepage Pesquisa italiana, (2019).
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Esse modelo de colonização também foi tentado em outras partes do Brasil, mas os poucos recursos gastos e a falta de organização geraram colônias que logo fracassaram.

Os italianos tiveram que ocupar lotes localizados no planalto gaúcho, região coberta pela mata, sem vias de comunicação, tendo que desenvolver uma agricultura de subsistência. Isto porque as mais bem localizadas já estavam ocupadas pelos alemães. A imigração italiana para a região foi contínua entre 1875 e 1892, quando entrou em decadência. A colônia que apresentava mais características italianas era a de Caxias do Sul. Os colonos apresentavam uma alta taxa de reprodução, com uma média de oito filhos, provocando um excedente populacional que tinha que buscar terras virgens em outras áreas (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Os italianos se espalharam por várias partes do Rio Grande do Sul, e muitas outras colônias foram criadas por particulares, que lhes vendiam as terras. Ali, os imigrantes começaram a cultivar uvas e a produzir vinhos. Atualmente, essas áreas de colonização italiana produzem os melhores vinhos do Brasil. Assim, nas colônias do Sul do Brasil, os imigrantes italianos puderam ficar reunidos no seu próprio grupo

social étnico, onde podiam falar seus dialetos de origem e manter sua cultura e tradições. A imigração italiana para o Brasil foi muito importante para o desenvolvimento econômico, assim como para a cultura e formação étnica da população local.

O Rio Grande do Sul recebeu a primeira leva de imigrantes italianos que chegou ao Brasil. Os primeiros imigrantes desembarcaram em 1875, para substituírem os colonos alemães que, a cada ano, chegavam em menor quantidade. Os colonos italianos foram levados para a região para trabalharem como pequenos agricultores e lhes foram reservadas terras difíceis de explorar na encosta da Serra Gaúcha.

Na região foram criadas as primeiras três colônias italianas: Conde D'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, atualmente correspondem as cidades de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. Com o tempo, os italianos passaram a ocupar áreas com topografias acidentadas e a colonizá-las. Com o esgotamento de terras na região, esses colonos passaram a migrar para várias regiões do Rio Grande do Sul. A base da economia na região italiana no estado gaúcho foi, e continua a ser, a vinicultura (GIRON; HERÉDIA, 2007).

No centro do Estado foi criada a Quarta Colônia de Imigração Italiana. O primeiro reduto de italianos fora da Serra Gaúcha e que originou municípios como Silveira Martins, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine. Nesse último, está a localidade de Vale Vêneto, nome dado para fazer homenagem a tal região italiana (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Outras colônias italianas foram criadas e deram origens a cidades como Farroupilha, Flores da Cunha, Antônio Prado, Veranópolis, Nova Prata, entre outras. Estima-se que imigraram para o Rio Grande do Sul mais de 100 mil italianos, entre 1875 e 1910. Em 1900, já viviam no Estado 300 mil italianos e descendentes (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Vindos do norte da Itália, mais precisamente das regiões de Treviso e de Friuli, os primeiros imigrantes que habitaram a região e formaram a Quarta Colônia chegaram em busca de uma tentativa de reconstruir a vida em um novo lugar. Eles buscavam garantia de um pedaço de chão. A grande esperança dos primeiros imigrantes era a posse da pequena propriedade rural. O governo imperial garantiu isso a eles. Eles tiveram um acesso à terra que jamais teriam na Itália.

Silveira Martins começou a ser colonizada em 1877, logo em seguida começou a ficar escasso o espaço para as terras. A Colônia recebeu inúmeros imigrantes, o

que ocasionou a falta de lotes para o estabelecimento deles. Assim, começou a expansão, com a criação de novos núcleos. A colonização de Vale Vêneto ocorreu em 1878 (VENDRAME, 2007).

Essas terras aos arredores da sede colonial deram origem a pequenos núcleos, formando, em tempos mais tarde, os municípios da Quarta Colônia.

Ressalta-se que naquele período, os imigrantes que chegaram a Porto Alegre eram direcionados para a Colônia de Silveira Martins em barcos que navegavam pelo Rio Jacuí, (Mapa 3). Depois, fariam o restante do trajeto de carroça ou a pé. Já a partir de 1885, com a construção da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Uruguaiana, os imigrantes chegavam até a Estação Colônia atual Bairro Camobi de Santa Maria, de trem, de onde seguiam de carroça. (VENDRAME, 2007).

Mapa 3- Mapa do trajeto realizado pelos imigrantes dentro do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: SPONCHIADO, B. A. 1996.
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Então, na localidade de Val de Buia no ano de 1877 chegaram as primeiras famílias vindas do norte da Itália, sobretudo da região do Vêneto. As primeiras famílias ficaram alojadas no Barracão da Val de Buia, onde hoje se encontra o Monumento ao

Imigrante. As famílias encontraram muitas dificuldades. Primeiramente iniciaram a abertura dos caminhos em mata fechada para que pudesse se tornar uma área habitável.

Assim, Sponchiado (1996, p.28), disponibiliza relatos de imigrantes sobre a chegada até o centro do Estado mostrando a quão sofrida foi,

Depois do Rio de Janeiro rumamos para Santa Catarina (Desterro), e depois para o Rio Grande, e, daí para Porto Alegre e seguimos para Rio Pardo. Então pisamos terra, mas, toda a travessia marítima durou 42 dias. Aqui em Rio Pardo paramos 6 dias e depois montamos nas carretas, com bagagens, mulheres e crianças. Quem queria caminhava a pé. Mas de Rio Pardo até Santa Maria da Boca do Monte ultrapassamos pradarias, selvas e bosques. Preparávamos a comida no campo, dormíamos embaixo de tendas. A nossa viagem de carreta durou 15 dias, mas não faltou mantimento, suficiente para todos, visto que se abatia um boi diariamente, sopa e pão suficiente e café abundante. Finalmente nos recolheram todos num bosque onde só se via árvores e céu (Val de Buia). Lá estávamos todos desesperados, não sabíamos o que fazer.

Entre as dificuldades as quais passaram destacam-se a falta sentimental dos familiares que ficaram na Itália, as pestes as quais dizimaram muitos imigrantes entre outras situações.

Desta maneira, a chegada até o Barracão não foi o fim do sofrimento, começava ali uma nova fase repleta de decepções, medos e mortes.

Questo baracone, era suito abasso il monte, a sinistra dela strada che partendo dalla Stazione Colonia o pure Santa Maria e conduce a Silveira Martins. Non c'era altro che questo povero e spaventevole tugurio, con una piazzetta disboscata, piena di legni caduti. Non si vedeva che cielo e boschi! Veramente dovevan provare dolori acerbissimi i padre e madri, vendendosi coi loro figli ammalati, e egli stessi pure deboli dalle fatiche sofferte da così lungo viaggio de 2 mesi... Scaricare i loro bagagli in questa orribile foresta e doversi, tutti accovacciare in così povero casolare, uno sopra l'altro, sopra solai di palli, e lá deporre le poche robbe e riposare le loro stanche ed ammalate persone! (SPONCHIADO, 1996, p. 34).

Destaca-se, como recorte espacial do estudo, a fundação de Silveira Martins em 1889, na porção central da província, composta por diversos núcleos que originaram os atuais sete municípios que a compõem. A partir de Silveira Martins, núcleo inicial, denominado primeiramente como *Cittá Bianca*, surgiram mais sete povoados: Núcleo do Norte denominado também de Nova Udine e atualmente Ivorá, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Pinhal Grande. Ressalta-se que, esses núcleos da colonização italiana no centro do Rio

Grande do Sul constituem hoje na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul juntamente com os outros três primeiros núcleos: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi. Ressalta-se que por questões políticas e econômicas, principalmente vinculadas ao órgão gestor, o Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), a região passou também a ser compreendida por municípios oriundos de distintos tipos de colonização, como Agudo (alemã) e Restinga Seca (colonização mista).

Assim, mesmo com tantas adversidades, os imigrantes por meio de sua dedicação ao trabalho transformaram as paisagens do sul do Brasil. Na culinária gaúcha o churrasco perdeu parte de sua tradicional simplicidade e aderiu a incrementos por meio de sugestão desses imigrantes, deixando então de ser apenas uma carne acompanhada de pão e farinha e passando a ser servido acompanhado de folhas verdes, salada de batatas, polenta e outros tipos de carnes como a suína e a de aves.

Deste modo, os imigrantes italianos conseguiram, aos poucos, inserir as suas marcas culturais na gastronomia gaúcha, aprimorando-a com as suas tradicionais massas, salames, galeto, *tortéis*, polenta, pizza entre outros. Já na parte das bebidas, o vinho foi uma das principais contribuições inseridas pelos imigrantes. O vinho estava nas principais refeições dos imigrantes, e conseqüentemente, ganhou a mesa dos gaúchos. Desta forma, os imigrantes italianos aprimoraram a culinária gaúcha com seus diversos temperos e ingredientes, além de contribuírem com a paisagem da Serra gaúcha, cobrindo-a com parreirais que sobem e descem montanhas e transformaram o Sul do Brasil no maior produtor de vinhos do País.

Neste capítulo aborda-se a matriz teórica, ou seja, conceitos norteadores para o desenvolvimento da pesquisa.

Uma das principais questões debatidas atualmente quando se trata das relações integradas entre paisagem e patrimônio é a recriação de novos espaços de interações socioculturais, como é o caso do patrimônio gastronômico presentes nas comunidades já citadas. O processo de valoração desse patrimônio tem-se constituído em um amplo e importante campo de pesquisas teóricas e trabalhos empíricos. Para tanto, a pesquisa pretende abordar tal processo através de uma perspectiva que enfatiza a salvaguarda, conservação e valorização dos bens culturais ali presentes. Culturais, na medida em que a construção de novas identidades territoriais passa pela ressignificação do patrimônio em todas as suas vertentes. Sociais, na medida em que o surgimento de novos territórios possibilita e é possibilitado por novos modos de interação entre grupos e indivíduos.

Um desafio epistemológico aqui é a integração entre ambiente natural e cultura, para o que se analisam, neste estudo, o conceito de paisagem cultural, como novo fundamento de nossas reflexões. Desafio este que pretende estimular, desenvolver e promover um diálogo inter e multidisciplinar no campo do patrimônio cultural.

Nesta perspectiva, fica cada vez mais claro que questões culturais, sociais e políticas produzem implicações não somente locais, mas também globais. Enquanto a perspectiva cartesiana apontava para a fragmentação do conhecimento, em sua análise das menores unidades possíveis com o intuito de entender o todo, nota-se que nem todas as questões podem ser entendidas quando particionadas. O que se deve à crescente complexidade das questões emergentes da contemporaneidade, amplamente influenciada pelo rápido desenvolvimento das tecnologias. Em relação à ao patrimônio cultural, percebe-se que diversas ações, envolvendo a comunidade científica, ainda são realizadas de maneira isolada e que o órgão governamental responsável por sua salvaguarda é pouco permeável à sociedade que deve representar. Reside aí um dos principais pontos nevrálgicos dessa discussão, ou seja, a definição do diálogo, das ações e atribuições de todos os envolvidos, notadamente das ciências parcelares.

4.1 O CONCEITO DE CULTURA

A diversidade e a cultura têm sido questionadas desde o princípio da ciência geográfica. Assim, a cultura é modeladora de indivíduos e de grupos sociais, o que auxilia na explicação das transformações das sociedades. Entretanto, a cultura apesar de ser um campo comum para o conjunto das ciências humanas, pode apresentar pontos de vista diferentes, pois o modo como os indivíduos percebem e concebem seu meio ambiente, em parte, também deriva da cultura.

A cultura foco de interesse da ciência geográfica é constituída por um conjunto de saberes e fazeres e pelas relações que o homem desenvolve com o meio natural, surgindo como uma herança transmitida através do conhecimento da educação ao longo do tempo, ou seja, a forma como cada sujeito absorve a cultura é totalmente singular, sendo ela um diferenciador das condições sociais dos mesmos.

Desta maneira, a palavra cultura tem várias concepções. Geralmente as pessoas costumam associá-la exclusivamente ao grau de estudo e conhecimento que cada indivíduo possui, mas, no entanto, ela compreende muito mais que isso. A cultura é tudo aquilo que dá sentido ao mundo que cerca um determinado indivíduo ou grupos sociais. Ressalta-se que faz parte da cultura de um povo elementos como a religiosidade, a definição dos valores morais, o idioma que fala o grupo étnico a que pertence e à história da sociedade na qual estão inseridos.

A concepção de cultura, em fins do século XIX, estava atrelada ao nível tecnológico dos povos, ou seja, os “os povos culturais” eram designados através das técnicas desenvolvidas. Sendo que estas, referem-se, basicamente, às práticas agrícolas, principal atividade econômica e responsável pelas alterações do meio natural, o que permitiu diferenciar os povos a partir de um certo nível de desenvolvimento. (BRUM NETO, 2007, p. 23).

Ao longo de sua vida, o indivíduo adquire novos conhecimentos e expande a cultura sobre determinados assuntos, porém, é errado dizer que os sujeitos que não possuem os mesmos conhecimentos são sem cultura, pois como já foi dito, cultura não se resume apenas a conhecimentos. Ela constitui-se em uma rede de elementos que dão significado ao mundo de um indivíduo, composta de diversos elementos que caracterizam os grupos sociais pelo conjunto de fatores que compõe a sua sociedade.

Cada grupo social tem uma cultura própria com suas características peculiares, o que se denomina de Identidade Cultural. Por mais que se conheçam outras culturas,

a Identidade Cultural do indivíduo permanecerá a mesma, pois ela influencia sua formação, seja pelo seu modo de agir ou de pensar.

A noção de cultura considera não mais indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente, contínuo, além de numerosas características de crença e de comportamento comuns aos membros de tais comunidades. (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 28).

Pode-se afirmar então que a noção de cultura faz referência às características socialmente herdadas e aprendidas que os indivíduos adquirem a partir de seu convívio social. Entre elas estão: a língua, a culinária, o vestir, as crenças religiosas, entre outros. Esses traços culturais possuem influência direta sobre a construção de identidades, uma vez que elas constituem grande parte do conjunto de elementos que formam o contexto comum entre os indivíduos de uma mesma sociedade.

A cultura é criada, aprendida e acumulada pelos membros do grupo e transmitida socialmente de uma geração a outra e perpetuada em sua forma original ou modificada. Os indivíduos aprendem a cultura ou os aspectos da cultura no transcurso de suas vidas, dos grupos em que nascem ou convivem. Dessa maneira é compartilhada por todos. (MARCONI; PRESOTTO, 2005, p. 39).

Desta forma, na concepção de Claval (1999), a cultura pode ser entendida como a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados. É uma herança, transmitida de uma geração para outra, não se tratando apenas de um imutável de técnicas e comportamentos. Assim, os contatos entre povos de diferentes culturas são, algumas vezes, conflitantes, mas se constituem em uma fonte de enriquecimento mútuo, pois a cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu meio.

Ressalta-se que esta temática se tornou importante para as pesquisas da ciência geográfica pois por meio dela é possível compreender a organização do espaço e as relações sociais que nele ocorrem. Desse modo, enfatiza-se que a análise cultura-espaço vem ocupando posição central em diversos estudos, não apenas na Geografia, como também, em outras ciências.

4.2 A GEOGRAFIA CULTURAL

A origem da Geografia Cultural ocorreu na Alemanha com Friedrich Ratzel (1844-1904), o qual elaborou uma nova concepção de Geografia. Ratzel escreveu a obra “*Antropogeografia*”, na qual propôs descrever e mapear as áreas onde vivia o homem. Com tal finalidade, estabeleceu as causas geográficas da distribuição do homem na superfície terrestre e definiu a influência da natureza sobre o homem.

A Geografia Cultural idealizada por Ratzel inclui a cultura, mas esta é analisada sob os aspectos materiais considerando aqueles componentes usados pelo homem na sua relação com o espaço. Para o autor, a cultura tem um alcance político na sua obra. Há uma seleção das sociedades pelo espaço, onde o estado exerce papel central (BRUM NETO, 1999 *apud* CLAVAL, 2007, p. 22).

Não foi apenas na Alemanha que os estudos culturais se destacaram. Na França, Paul Vidal de La Blache (1845-1918) tinha como preocupação analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente que habitavam, considerando sua adaptação às condições ambientais. Apesar de La Blache nunca ter falado em cultura, as ideias culturais eram o eixo central na sua pesquisa. Para ele, os migrantes transportavam consigo seus hábitos, através da técnica, com possibilidade de inovação, o que denominou de “possibilismo geográfico” (BRUM NETO, 1999 *apud* CLAVAL, 2007, p. 24).

Já nos Estados Unidos, Carl Sauer (1889-1975), fundador da Escola de Berkeley, enfatizou em seus estudos as populações indígenas dos EUA, principalmente do Sudeste, bem como, o passado pré-colombiano do México. Sauer seguiu pelo mesmo caminho da escola alemã, ou seja, considerava apenas a parte material da cultura, renegando os conhecimentos e valores culturais (BRUM NETO, 1999 *apud* CLAVAL, 2007, p. 26).

Neste contexto, Sauer (2003, p. 22-23), diz que

A Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui-se, assim, um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas.

No início da Geografia Cultural temos uma valorização da perspectiva imaterial da paisagem como um conceito importante desta ciência. Posteriormente, com a

inserção da Geografia Quantitativa é retomada, na década de 1970, o prestígio da Geografia Cultural, porém com outro sentido e outros desdobramentos. No Brasil observar-se-á este fenômeno de outra forma, a qual chega a partir da segunda metade do século XX, com a “Geografia Humanista”.

O ressurgimento da geografia cultural, após um período de relativa perda de prestígio, entre 1940 e 1970, significou, tanto na Europa como nos Estados Unidos, uma renovação temática e, mais do que isso, uma renovação também da abordagem. [...] O ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo. (CORRÊA, 1999, p.51).

De acordo com Corrêa (1995) existe hoje uma heterotopia da Geografia Cultural, tendo muitos desdobramentos e vertentes. Assim, na modalidade cultural pode-se destacar diversos caminhos que a mesma se desdobrou no Brasil sendo, às vezes, abordada nas perspectivas individuais.

A Geografia Cultural é tida como um ramo das ciências geográficas preocupado com a distribuição espacial das manifestações culturais, como: religiões, crenças, rituais, artes, formas de trabalho; enfim, tudo que é resultado de uma criação ou transformação do homem sobre a natureza ou das suas relações com o espaço, seja no planeta, em um continente, país, etc. (CORRÊA, 1995, p. 03-11).

No Brasil, esta temática foi introduzida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Espaço e Cultura (NEPEC), criado em 1993, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que se configurou como um Núcleo no qual os estudos culturais puderam ser analisados em múltiplas direções.

Neste sentido, a Geografia Cultural se desenvolve com olhares sobre o espaço material e imaterial, representações sobre o imaterial e material do espaço e as próprias representações do espaço. Desta maneira, ao estudá-la deve-se reconhecer a diversidade que existe nesta concepção teórica.

Hoje a importância dos estudos culturais para a sociedade apresenta uma dimensão política. Cita-se, como exemplo, cidades brasileiras que são patrimônios culturais da humanidade. Assim, percebe-se uma valorização cultural atrelada à dimensão política que conseqüentemente valoriza os saberes e fazeres locais e as etnias presentes nos lugares.

4.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A palavra patrimônio pode ser associada a bens, posses ou heranças deixadas pelos antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial, um bem cultural ou artístico e também pode ser um legado de um antepassado.

Funari e Pelegrini (2014, p.11) discursam sobre a origem do significado da palavra patrimônio,

As origens. Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* famílias, pai de família. A semelhança dos termos – *pater*, *patrimonium*, família – porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *família* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem executar, portanto, as próprias pessoas.

Assim, a cultura se manifesta no espaço por meio dos patrimônios culturais, os quais se configuram em um sistema de símbolos que representam determinada cultura. Deste modo, verifica-se que os patrimônios culturais são identificadores dos grupos sociais, pois estes são resultados das tradições dos mesmos.

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com sua realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. A tarefa da geografia cultural é apreender e compreender essa dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço. (COSGROVE, 2007, p. 103).

Os patrimônios culturais são importantes por possibilitar que grupos sociais exaltem sua cultura, compartilhando dos mesmos símbolos, que os identificam perante outros grupos/povos, salientando suas diferenças culturais. Ressalta-se que apesar de cada cultura possuir seu sistema simbólico específico de representação,

essas características não são estáticas, elas evoluem mediante o contato com outros grupos e com outras realidades. (CAETANO, 2012).

Nesta perspectiva, Brum Neto (2007, p. 43), destaca que:

Os códigos culturais configuram-se como convenções simbólicas partilhadas por uma mesma comunidade social. É responsável pela sua identificação, salientando a diferença, uma vez que cada grupo cultural é permeado por um sistema simbólico de representação particular, (re) construído no constante processo evolutivo das sociedades.

O patrimônio cultural pode ser definido como um bem ou bens de natureza material e imaterial considerado importante para a nossa identidade. A Constituição Federal define patrimônio como as formas de expressões, os modos de criar as criações científicas artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e os demais espaços destinados as manifestações artístico culturais. Além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico paisagístico, artístico, arquitetônico, arqueológico, ecológico e científico.

É importante enfatizar a relevância em estudos relacionados aos patrimônios culturais uma vez que esses são características representativas de uma cultura, o que contribui para a análise da dinâmica socioespacial de determinado local, fornecendo subsídios para ações que contribuam na promoção de suas potencialidades culturais.

4.3.1 Patrimônio cultural: A gastronomia como patrimônio cultural

A gastronomia pode ser entendida como um marco identificador dos grupos sociais, principalmente pelo seu caráter relacional valorizando a cultura e as tradições de um povo. A gastronomia é considerada como produto da expressão cultural de um grupo social, permeando todas as sociedades, ou seja, é cercada por simbolismos.

Segundo Ornellas (2001, p.29) deve-se considerar que “a maçã, o fruto proibido que Eva deu a Adão, foi o início de tudo. Portanto, nada mais original do que contar a História da Humanidade, relatando os hábitos alimentares dos homens”.

Destaca-se que é difícil datar quando o alimento virou prazer à mesa. Costumes alimentares são hábitos interiorizados. Assim, a alimentação reflete aspectos significativos da cultura da sociedade. Ainda que a invenção de utensílios de barro ou pedra fora o que acabou por proporcionar dietas diversificadas, uma vez que se tornou possível o armazenamento.

Na Grécia Clássica houve escritores dedicados à gastronomia, à teoria, à prática da arte culinária e ao prazer de apreciar bons pratos. Não existem cópias intactas de livros gregos de culinária, mas os fragmentos dos escritos de Arkestratus fundamentam o conhecimento da maioria das receitas. Os gregos legaram heranças de bem comer, bem viver, arte e cultura. Um código de vida que inclui música, dança, diálogos, escritos, etiqueta ao servir e servir-se à mesa, entre outros (MACIEL, 2001).

Ao norte da Grécia Moderna, a sociedade tinha carnes como tendência gastronômica. Os antigos romanos dinamizaram a gastronomia. Incorporaram alimentos e métodos culinários em conquistas, assim como as guerras greco-romanas também contribuíram para a evolução da gastronomia.

Pode-se citar Luis XIV, que foi e sempre será a maior referência do estilo europeu do século XVII, como quem consagrou a expressão “gastronomia” classificada como “nona arte”. No entanto, no século XX houve a ascendência das cozinhas regionais as quais se associaram ao turismo e a gastronomia (MACIEL, 2001).

Armesto (2002) lembra que as alianças diplomáticas são estabelecidas em almoços de negócios. Encontros familiares ainda ocorrem à hora das refeições. O lar é um lugar que tem cheiro de comida sendo preparada.

A história da gastronomia mostra a estreita relação com a evolução do homem no processo de civilização, pois cada grupo étnico apresenta particularidade e/ou singularidade alimentares que são considerados códigos identificadores da sua cultura. Um dos aspectos mais representativos da cultura de um país é o de sua gastronomia, porque ela envolve a alma do povo. Quando diversos grupos étnicos entram em contato, todos evoluem e a sua culinária também, por adotarem algum ingrediente, prato ou técnica de outro grupo.

Para Maciel (2001), é possível avaliar o valor simbólico do alimento, da mesma forma que as questões de ordem nutricional, propondo assim uma abordagem mais complexa para a área de “Gastronomia e Cultura” e que requer um outro olhar na sua investigação. Na concepção de Beluzzo (2004), existe uma tendência das sociedades para o resgate da culinária tradicional, com a valorização da cozinha regional, propiciando a revalorização das raízes culturais.

A história gastronômica de um povo revela suas preferências e valores, bem como sua relação com os aspectos naturais, diante da disponibilidade de ingredientes em determinados locais. Desse modo, Araújo (2005, p.15) aponta que “o termo

Gastronomia está relacionado à história cultural da alimentação e afirma que sua essência é a mudança, a temporalidade, a visão de passado, como processo contínuo de perspectivas sobre tendências, o constante e o eventual”.

A gastronomia pode ser compreendida como uma área de conhecimento interdisciplinar, que abrange indicadores como, econômicos, históricos, sociais e culturais. Ao visitar um restaurante étnico, espera-se encontrar pratos identificadores da cultura, da evolução, das transformações e das inovações ocorridas no decorrer do desenvolvimento sociocultural de um povo, eternizando a memória gastronômica.

Santos (2005) nota um aumento de trabalhos e publicações sobre História da alimentação. A visibilidade para o tema, inexplorado há algum tempo pela historiografia brasileira, ecoa também em uma maior conexão entre a História e outras disciplinas. Este acontecimento tem relação com um novo olhar sobre a alimentação, que vai além das aparências nutricionais e biológicas.

Hoje, os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as Ciências Humanas a partir da premissa de que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. (SANTOS, 2005, p.12).

Atualmente, devido a diversificação na maneira de servir seus clientes, os restaurantes passaram a abranger diversas classes sociais, deixando de ser um consumo vertical, exclusivo e individual, à horizontal, inclusivo e social. Devido à significativa e constante inclusão feminina no mercado de trabalho, os restaurantes passaram a ter uma demanda maior, uma vez que parte de seus frequentadores são aquelas que no passado não muito distante eram as responsáveis pela elaboração diária das refeições de suas famílias, tornando-se os restaurantes espaços mais familiares.

E o restaurante deixaria de ser aquele lugar frequentado apenas por prazer, diletantismo e sociabilidade familiar, passando a ser frequentado por necessidade, ou seja, para que aqueles que não podiam almoçar em casa pudessem se alimentar. [...] E como alguns tinham maior poder aquisitivo e outros menores, também surgiriam restaurantes mais caros e mais baratos, para atender a todas as classes. (BOLAFFI, 2006, p. 73).

Contudo, no presente, ao mesmo tempo em que há uma homogeneização do consumo, se notam tendências no sentido de uma diversificação dos produtos consumidos, elegendo-se produtos locais e artesanais (FISCHLER, 1995). Em certos casos, a modernidade não exclui, mas favorece a formação de particularidades locais, com o que concorda Poulain (2006) ao afirmar que, dentro das sociedades transnacionais, os particularismos regionais e nacionais ainda são muito fortes.

Assim, pode-se afirmar então que os estabelecimentos possuem grande responsabilidade na perpetuação da memória gastronômica étnica, na qual a tradição, a história, os sabores, as técnicas e as práticas culinárias somadas são geradoras das particularidades da formação das culturas gastronômicas. Beluzzo (2004) aponta a existência de uma tendência à valorização patrimonial de sua cozinha, bem como o resgate da culinária tradicional em várias partes do mundo, ocorrendo a revalorização das raízes culturais.

A gastronomia é um elemento de diferenciação de um grupo étnico, mas também é um meio de aceitação da cultura por meio de estrangeiros, pois a inserção da gastronomia consumida por outras culturas nos aproxima da cultura apreciada. Ao comer a comida do outro, nos identificamos com ele pois simbolicamente consumimos a mesma substância de que ele é feito.

Montanari (2009, p. 11), em um exercício de comparação entre a cozinha e a linguagem, afirma que, exatamente como está, a cozinha contém e expressa a cultura de quem a pratica, é depositária das tradições e identidades de grupo. Constitui, assim, um extraordinário veículo de auto representação e de diálogo, não é apenas instrumento de identidade cultural, mas talvez seja o primeiro modo para entrar em contato com culturas diversas.

O que é consumido pelos imigrantes e descendentes em suas casas pode ser muito diferente do que é encontrado nos restaurantes temáticos e festas típicas. A comida caseira, aquela feita em casa, sem fins lucrativos, é preparada para um número reduzido de pessoas, das quais, teoricamente, se conhece os gostos alimentícios. Não havendo rigor na produção dos pratos e nem repetições em grande escala do mesmo na mesma refeição, as falhas culinárias são compreendidas sem gravidade, pois há menor rigor nas combinações e alteração de receitas. A falta de um ingrediente ou até mesmo o modo inesperado é normal ao contrário dos restaurantes que precisam seguir à risca as receitas étnicas para deixar os clientes mais próximos da cultura apreciada.

No cardápio dos restaurantes étnicos estão incluídos pratos fortemente valorizados pelos imigrantes e seus descendentes, símbolos da identidade étnica e da imigração. Os restaurantes étnicos são resultados das grandes migrações dos séculos XIX e XX. Esses imigrantes criaram restaurantes que ofereciam comidas típicas de suas origens, no começo era apenas um modo de sobrevivência e resgate de suas origens, mas com o passar do tempo passou a ser um negócio lucrativo com muitos apreciadores.

No caso da gastronomia étnica, desde que a parte financeira não seja um empecilho, o consumidor pode obter experiências gastronômicas diversificadas em uma mesma cidade. Segundo Haesbaert (2009, p. 352), quando, em escala individual, se vivencia múltiplos territórios ao mesmo tempo, constrói-se um “território rede” de baixa intensidade. Os locais de parada constituem as zonas e as linhas e os fluxos, a conexão entres as diferentes zonas. “Esse movimento significa possibilidades, acesso, abertura, mas também, ao mesmo tempo, significa grandes exclusões espaciais de vastas áreas e, assim, de mobilidade e relacionamento humano através da cidade”.

A etnicidade do restaurante é construída a partir da referência a um território e a um *modo de vida*. Embora o restaurante exótico não possa deslocar o cliente nem temporal nem espacialmente, propõe oferecer-lhe alguns sabores “importados” de territórios alheios. São os sabores imaginários, “realidade transfigurada para ser saboreada metaforicamente”. (OLIVEIRA, 2012, p. 28).

Nesta perspectiva, a gastronomia é uma característica que identifica determinados grupos sociais. Ressalta-se que a alimentação reflete as estruturas da sociedade, as razões pelas quais a humanidade destina parte de seu tempo e renda ao consumo alimentício. Portanto, ela não é somente para sua necessidade de sobrevivência, pois alimentar-se é também um prazer. Além disso, é um código que agrega os seres humanos, pois os mesmos gostam de experimentar e compartilhar de cardápios diferenciados. Tal fato ocorre principalmente nas viagens de turismo nas quais a gastronomia é uma atividade fundamental e identifica a cultura local.

4.4 IDENTIDADE CULTURAL

A identidade começa a ser moldada no momento em que nascemos e é construída até o momento em que morremos. Os valores e as normas que estão

ligadas a uma cultura de uma sociedade podem variar e, até mesmo, serem contraditórias. Alguns grupos sociais podem atribuir suas experiências de vida em sua religiosidade, enquanto outros a uma visão simplesmente científica do mundo.

Nesta perspectiva, a identidade se constitui quando o indivíduo se reconhece parte daquele meio, como se tivesse herdado aquela cultura para si, reconhecendo-a e diferenciando-a perante as outras culturas (PESAVENTO, 2005). É, portanto, um processo dinâmico, de construção continuada, que sistematiza relações entre indivíduos e grupos sociais e envolve o compartilhamento de patrimônios comuns, tangíveis e intangíveis, como a língua, a religião, as artes, as festas típicas, entre outros.

Hall (2005, p.14), ao tratar sobre identidade cultural, afirma que as sociedades contemporâneas são sociedades de mudança constante, rápida e permanente. A globalização é vista como principal processo de mudança, está relacionada com a identidade cultural se impondo sobre ela. Dessa forma, para o autor, a identidade cultural sofre consequências como a desintegração das identidades nacionais pelo crescimento da homogeneização cultural, ao mesmo tempo em que essas identidades nacionais bem como as 'locais' tentam fortalecer-se por resistência à globalização. Como última consequência, traz o declínio das identidades nacionais em detrimento de novas identidades híbridas.

Nesse contexto, não se pode afirmar que as transformações das manifestações culturais, gastronômicas sejam prejudiciais ao grupo e à comunidade ou representem a perda de sua identidade cultural, uma vez que tais mudanças fazem parte de um processo de evolução natural, ainda mais em um país distinto do da cultura oferecida.

Ressalta-se que o conceito de identidade cultural faz referência à construção identitária de cada indivíduo em seu contexto cultural. Em outras palavras, a identidade cultural está relacionada com a forma como vemos o mundo exterior e como nos posicionamos em relação a ele. Sendo este um processo em continuidade, o que significa que a identidade de um indivíduo está sempre sujeita a mudanças, sendo nessas relações está a construção pessoal das identidades.

Pode-se afirmar que a identidade é construída a partir da convivência individual e coletiva para a construção da sociedade, organizações e estruturas históricas que representam um contexto político e social do seu meio (CASTELLS, 1999).

Enquanto representação social da identidade, Pesavento (2005, p. 89-90) ressalta que

[...] é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e se estabelece a diferença [...] é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro”.

Ou seja, mesmo que o indivíduo não se identifique como parte de determinado grupo, ao identificar a cultura de uma sociedade, ele irá se reconhecer como parte (ou não) dela. Desta forma, há lugares religiosos, patrimônios, áreas turísticas e/ou fatos relevantes que auxiliam no processo memorial individual entre o reconhecimento e a identificação, uma vez que articulada e contextualizada com o passado, passa a ser o presente.

Nesta contextualização, Cuche (2002, p.177) considera que

[...] a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo o grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-la no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

No entanto, nos dias atuais, ainda são poucos os trabalhos de peso que debatem a identidade cultural. Este conceito torna-se um desafio, pois para a Geografia, os estudos sobre esta temática são recentes, visto que, desde seus antecedentes na história o conhecimento da Geografia, se detinha somente com a localização no espaço e a descrição da paisagem.

4.5 CONSTRUÇÃO DE UMA CHAVE TEÓRICA SOBRE OUTROS OLHARES DO PATRIMÔNIO: A PAISAGEM CULTURAL

Podemos considerar que é de grande importância a utilização do conceito de paisagem cultural na conservação do patrimônio histórico das cidades. Este conceito, além de englobar o aspecto material e físico do local, considera também seus aspectos naturais e imateriais, na perspectiva de alcançar uma proteção “total” daquela localidade. Santos (1997), ao definir a paisagem cultural como “uma herança de muitos diferentes momentos”, apresenta-nos a justificativa essencial de que a

paisagem cultural é o conceito mais amplo que se deve considerar na proteção do patrimônio, tendo em vista que sob esse aspecto a paisagem cultural articula todos os elementos do contexto.

É importante ressaltar que o reconhecimento da paisagem cultural como objeto de preservação do patrimônio é lento no Brasil e no Rio Grande do Sul, visto o documento tão recente que é a Portaria nº 127, de 30/04/2009. Contudo, não se pode deixar de afirmar que estas são importantes iniciativas neste sentido. Assim, coloca-se aqui a necessidade de continuar o debate sobre este assunto, que será abordado de forma resumida e didática devendo, no futuro, ser ampliado, analisando também outros casos e apresentando a trajetória da ampliação do conceito de conservação do patrimônio de forma mais completa.

O estado da arte referente aos estudos da paisagem cultural evidenciou inicialmente as atribuições da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO e posteriormente, nos permitiu discorrer resultados em consolidação, no que tange a compreensão dos processos em curso entre as normas brasileiras a partir das ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os documentos examinados nos permitem acompanhar ainda os procedimentos envolvidos nas definições e atribuições dadas, sobretudo, pelo principal órgão preservacionista do País e responsável pela criação da chancela, o IPHAN, além da contribuição de outras instâncias oficiais participantes do processo. Paralelamente, uma grande quantidade de publicações acadêmicas ou não, elucidam as expectativas e a forma de apreensão que está sendo feita em relação à recente ferramenta.

Antes mesmo da chancela ser oficializada no Brasil, eventuais documentos relativos à paisagem cultural foram lançados no País e contribuíram para a concretização do processo. Por exemplo, em 2007 é realizado na cidade gaúcha de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, um evento denominado “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”, promovida através da parceria entre o IPHAN e outras instituições de nível Estadual e Municipal. Além da realização de diversas palestras sobre o tema, a cerimônia também foi responsável pela criação da chamada “Carta de Bagé” ou “Carta das Paisagens Culturais”, considerada pioneira nesta questão no Brasil. Seu artigo quinto antecede os pressupostos utilizados posteriormente nas atribuições da chancela:

A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural. (CARTA DE BAGÉ, 2007).

Neste mesmo ano de 2007, o IPHAN lança a obra “Paisagem Cultural e Patrimônio”, escrito por Rafael Winter Ribeiro. O livro é o primeiro da coleção intitulada “Série Pesquisa e Documentação do IPHAN” e abrange grande parte das questões referentes à paisagem cultural, desde suas origens até a atualidade. O então Presidente do IPHAN na época, Luiz Fernando de Almeida, no texto de apresentação do livro, tece elogios à nova categoria representada pela chancela como se esta já estivesse em vigor.

Com a adoção da categoria integradora de paisagem cultural, o IPHAN responde à crescente complexidade da sociedade contemporânea, que exige um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais e jurídicos de proteção do patrimônio e aponta para a possibilidade de se viabilizar um trabalho de gestão do território pactuado entre os diversos agentes da esfera pública e privada. (RIBEIRO, 2007, p. 7).

Já em 2009, ano da publicação da Portaria que estabelece a Chancela, uma cartilha sobre a Paisagem Cultural Brasileira é lançada pelo DEPAM/IPHAN (Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização), o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo. Pretende-se esclarecer, nesta cartilha, pontos como: o que é paisagem cultural, quais os objetivos da chancela e como funciona o monitoramento das paisagens culturais.

A definição do conceito assemelha-se ao da Portaria: “A Chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente”. Como objetivo da Chancela, a publicação defende que “a criação de museus, centros de interpretação ou casas de cultura, por exemplo, não é obrigatória, mas são algumas das ações possíveis de acontecer como decorrência da chancela”. O documento é marcado por diferentes imagens de potenciais paisagens culturais ao redor do Brasil, que vão desde a venda de açaí no Mercado Ver-o-Peso em Belém do Pará até a figura do boiadeiro no Pantanal Mato-grossense. Segundo o próprio texto, “como estes, outros tantos

personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza”. (IPHAN/DEPAM, 2009, p.13). É caro constatar, com a visualização das figuras, a expectativa gerada pelo recém-lançado aparelho. Uma grande diversidade de contextos é apresentada como digna de reconhecimento pela chancela, tornando o documento não apenas informativo, mas, talvez, inspirador. Considerando o artigo sexto da Portaria, da *Legitimidade*: “qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira”. Tal aspecto contribuiria para que diferentes cenários adentrassem no rol de bens patrimoniais, entretanto, apesar das muitas possibilidades elencadas pelo próprio IPHAN, a aplicação da chancela não tem se mostrado algo concreto, como será discutido mais adiante. É lembrado, neste documento, que o conceito de Paisagem Cultural já havia sido utilizado anteriormente em outros lugares do mundo, como na Espanha, França e México.

No ano seguinte, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) em parceria com outras instituições de arquitetos e urbanistas, propõe a Carta Brasileira da Paisagem. Segundo seu próprio documento: “a estratégia é que cada país promova por suas organizações nacionais filiadas à Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA), como a ABAP, no Brasil, as suas Cartas da Paisagem, alimentando assim, o diálogo na América Latina, Américas e outros continentes, em busca da Convenção Global da Paisagem”. A Carta Brasileira da Paisagem apresenta 12 princípios, “construídos sob a ótica do direito do cidadão comum à qualidade paisagística, a ser garantido e instrumentalizado nos Planos de Paisagem, a serem desenvolvidos em diversas escalas”. Dentre estes 12 princípios, dois são destaques, o primeiro deles: “As relações entre a Paisagem e a população: Paisagens culturais brasileiras” e um segundo, “O Direito Democrático À Qualidade Ambiental e Paisagística”, que faz referência à chancela.

A chancela da Paisagem Cultural Brasileira já significou um grande passo que valoriza a relação harmônica do homem com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população, assegurando assim a qualidade ambiental e paisagística como um direito de todos (CARTA BRASILEIRA, 2010).

Dois anos após a aprovação da Portaria nº127/09, a Coordenação de Paisagem Cultural do IPHAN em Brasília publica um texto chamado “Reflexões sobre a chancela

da Paisagem Cultural Brasileira”, trazendo considerações sobre sua aplicação, propondo estratégias de ações e explicando conceitos afins à Paisagem Cultural. Já nos primeiros parágrafos, é tratada a questão do amadurecimento da ferramenta e a reflexão é vista como ato indissociável da ação. Nem a Portaria Nº 187/2009 instituiu mecanismos, estratégias ou definições detalhadas sobre a aplicação da chancela, como um passo a passo ou uma receita a seguir, nem se está trabalhando aleatoriamente, sem fundamentos e reflexões mais profundas. Concebe-se, nesta sentença, que a Chancela ainda carece de jurisdição adequada e um sistema de operação mais completo. O texto trata, ainda, das dificuldades enfrentadas na prática e cumprimento de suas atribuições.

Importante refletir que na ação de preservação do patrimônio, não há como evitar trabalhar com a iminência da perda e a premência de atuação, especialmente num país como o Brasil, cujos processos de crescimento econômico, desenvolvimento industrial e explosão urbana vêm, desde a década de 1970, transformando radicalmente o quadro sócio demográfico e paisagístico do país (IPHAN, 2011, p.17).

Muitas vezes a tentadora hipótese de se delimitar extensas porções territoriais ou de, em um mesmo processo, abordar toda a gama de manifestações que ocorrem num determinado território, cuja conservação necessariamente passará pelo envolvimento de grande número de agentes, com atribuições, composições e formações diversas, pode significar a potencialização da complexidade do processo – tanto na etapa que antecede a Chancela quanto para sua posterior gestão – e, possivelmente, seu insucesso. (WEISSHEIMER, 2012, p.13). Em outras instituições, a ferramenta pode assumir diferentes formas. A UNESCO, por exemplo, as divide em três diferentes categorias: “paisagens claramente definidas, paisagens organicamente evoluídas e paisagens culturais associativas” e utiliza, como critério de seleção, a noção de Valor Universal Excepcional. Segundo a edição de 2005 das Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, a definição desta noção se expressa assim: “O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade”. Quando o IPHAN define paisagem cultural como “uma porção peculiar do território nacional”, o uso do vocábulo “peculiar” para legitimar a escolha da paisagem cultural, funciona de maneira análoga à UNESCO e ao Valor Universal Excepcional. Caráter que difere da Convenção Europeia da Paisagem. Esta última

pretende acompanhar e estudar todo o território que abrange os seus Estados membros, com o objetivo não de frear as mudanças, sejam elas naturais ou culturais, mas sim registrá-las e analisá-las posteriormente. Na perspectiva europeia, a partir de sua qualidade de documento, o território inteiro deve ser considerado como um grande arquivo de história do homem, bem como da natureza. Igualmente, o território é um palimpsesto, isto é, um documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que a modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação (RIBEIRO, 2010, p. 58). Paralela às publicações brasileiras, é válida a verificação, através de um breve relato, dos documentos lançados ao redor do mundo com a temática “paisagem cultural”, tomando como exemplo os países citados pelo documento. O Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha, por exemplo, apresenta cinco tipos diferentes de planos nacionais, sendo o Plano Nacional de Paisagem Cultural, estabelecido em 2012, o responsável pela salvaguarda, identificação, categorização, sensibilização social e reconhecimento político das paisagens de interesse cultural, entendidas como *"resultado de la interacción en el tiempo de las personas y el medio natural, cuya expresión es un territorio percibido y valorado por sus cualidades culturales, producto de un proceso y soporte de la identidad de una comunidad"* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO, 2012, p.22).

Em dezembro de 2007, acontece a Primeira Conferência Internacional da Aliança das Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial na cidade de Aranjuez, na Espanha. A Conferência tem como objetivo estreitar as relações entre as localidades contempladas como paisagens culturais pela UNESCO. Em sua primeira edição conta com a participação de mais de 16 localidades, sendo quatro delas espanholas. Em 2009 este número sobe para 25 localidades.

Outra grande referência está na “Carta Ibero-americana da Paisagem Cultural”, realizada em novembro de 2012 na cidade de Cartagena na Colômbia. Segundo sua definição *“Todo territorio que cuenta con cualidades estéticas e históricas debe ser considerado como paisaje cultural y no tan solo como sitios que requieren de atención por su vulnerabilidad”* (CARTA IBERO-AMERICANA, 2012). Neste documento, os principais antecessores à escrita da carta são descritos e dentre eles está a Carta Brasileira da Paisagem, de 2010; a Carta Mexicana de Paisagem, de 2011; também *The Latin American Landscape Initiative (Lali)* de 2012.

A partir dessa reflexão passamos a concentrar nossa atenção no IPHAN objetivando compreender a imbricação da paisagem cultural como patrimônio e a aplicação da Chancela no estabelecimento ordenamento e gestão do território.

4.5.1 O conceito de Paisagem Cultural e o Iphan

A paisagem é um conceito-chave da Geografia, capaz de lhe fornecer unidade como disciplina. Porém, sua importância e abrangência variaram bastante na história do pensamento geográfico. Corrêa e Rosendahl (1999, p.8) identificam cinco dimensões para a paisagem geográfica: morfológica (conjunto de formas criadas pela ação da natureza e do homem), funcional (dada pelas relações entre suas partes), histórica (produto da ação humana no tempo), espacial (ocorre em certa área da superfície da terra) e simbólica (expressa valores, crenças e mitos).

A paisagem geográfica apresenta-se como uma noção multifacetada, mais complexa que o entendimento do senso comum, que a circunscreve à sua dimensão física (na acepção de panorama, lance abarcado pela visão) ou à sua dimensão natural (como sinônimo de natureza, longe ou mesmo livre da presença humana).

Nos anos de 1920, o geógrafo americano Sauer (CORRÊA E ROSENDAHL, 1999, p. 23) define a paisagem geográfica como “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”.

A paisagem cultural é, nas palavras de Sauer (CORRÊA E ROSENDAHL, 1999, p. 9), “modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. Todavia, Sauer privilegiou a análise morfológica da paisagem cultural e os aspectos materiais da cultura, não considerando seus aspectos subjetivos.

O termo paisagem cultural encontra aporte no âmbito da preservação por ter sido incorporado em 1992 pela UNESCO como uma categoria do patrimônio, devido à revisão de convenção acerca do patrimônio mundial de 1972. Segundo Meneses (2002, p. 52), “a UNESCO apenas seguiu a linha traçada, desde a segunda década do século XX por geógrafos inovadores como Carl O. Sauer”.

Nos documentos patrimoniais entre 1962 e 1995, no entanto, pode-se perceber a ampliação do quadro de valores atribuídos à paisagem, embora esta, ora apareça explicitamente, ora sob designações como “entorno”, “ambiência” ou “vizinhança”, na acepção de algo “circundante”.

Nesse sentido, por vezes a paisagem é o próprio objeto de conservação e, em outros documentos, é a “moldura” ou o “invólucro” que protege o monumento ou o bem reconhecido como patrimônio. A paisagem é compreendida de forma genérica, carecendo de uma maior definição, o que ocorre em 1995 com a “Recomendação sobre a Conservação Integrada das Áreas de Paisagens Culturais”.

A Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da UNESCO, de 1972, ao equiparar em nível mundial o patrimônio cultural e natural de interesse para a humanidade, criou, na apreciação de Rössler (2000), “um instrumento internacional único que reconhece e protege o patrimônio natural e cultural de valor universal excepcional”. Ainda segundo Rössler (2000), com essa decisão, a convenção se transformou no primeiro instrumento jurídico internacional para identificar, proteger, conservar e legar às gerações futuras as paisagens culturais de valor universal excepcional.

O documento instituiu três tipos de bens do patrimônio cultural – os monumentos, os conjuntos e os sítios – e três do patrimônio natural – os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os sítios naturais (CURY, 2000, p. 178-179). Dentre os sítios do patrimônio cultural estão “as obras conjugadas do homem e da natureza” (CURY, 2000, p. 179), das quais as paisagens culturais são representantes, segundo Rössler (2000), para quem, “o termo ‘paisagem cultural’ inclui uma diversidade de manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural”.

Foi em 1992, na cidade francesa de La Petite, que a UNESCO estabeleceu três classes de paisagens culturais: paisagem claramente definida, concebida e criada pelo homem, como o Palácio e o Jardim de Versalhes, na França; paisagem essencialmente evolutiva, subdividida em relíquia (fóssil), a exemplo dos Sítios Incas no Peru, como os terraços de arroz na Ásia, e paisagem associativa, relacionada mais a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais, do que aos traços culturais tangíveis, das quais são exemplos os montes sagrados Taishan e Huangshan na China.

Embora não explicita os valores atribuídos à paisagem cultural, a UNESCO deixa entrever um interesse artístico, histórico, social, arqueológico, religioso e utilitário, também mencionado em diversos documentos patrimoniais. Ao adjetivar as paisagens de interesse patrimonial com o qualitativo “cultural”, a UNESCO vincula definitivamente a paisagem à presença humana, vencendo, pois, noções ainda bastantes enraizadas de paisagem como sinônimo de “natureza” ou como “área abarcada pela visão”.

Assim, a paisagem cultural converge para a atual noção de patrimônio cultural, que prepondera sobre a expressão original de patrimônio histórico, isto é, a dimensão histórica se insere na cultura. Mas, considerando que a paisagem cultural é um sistema vivo, dinâmico e em constante evolução, como é possível preservá-la? O que deve ser preservado?

4.5.2 Os atributos da Paisagem Cultural

A paisagem cultural resulta da relação homem-natureza em determinado tempo e espaço. Ela é um sistema composto por formas integrantes e interdependentes, portanto, possuidora de uma qualidade orgânica. A paisagem cultural é viva, dinâmica, está em processo constante de desenvolvimento e substituição. Ela evolui de acordo com as forças naturais e as ações das sociedades humanas que nela atuam. Todavia, ao mesmo tempo em que a paisagem cultural é um sistema, ela é também uma unidade, constituída por atributos que a tornam homogênea, coesa, única e inconfundível dentro de um conjunto de paisagens.

O que faz com que uma paisagem cultural tenha determinada feição ou aparência são seus atributos, ou seja, seus elementos constituintes considerados não apenas isoladamente, mas a partir de suas inter-relações.

Partindo da orientação de Delphim (2006) e da interpretação do trabalho de Cabral e Souza (2005, p. 62-63), considera-se que os atributos da paisagem cultural podem ser agrupados em três categorias: física, constituída pelo solo e relevo, clima e recursos hídricos; biológica, composta pela cobertura vegetal e pela fauna; antrópica, formada pelos produtos da ação humana, como as edificações, infraestruturas, sítios históricos e arqueológicos.

No caso das paisagens culturais, de acordo com seus atributos serão conferidos valores que permitirão seu reconhecimento como patrimônio, os quais serão o foco da preservação. Partindo da premissa de que a paisagem cultural é dinâmica e seus atributos evoluem e se modificam pela ação natural e antrópica, o importante é garantir que os valores se mantenham ao longo do tempo para que as futuras gerações os reconheçam.

Para tanto, é necessário que a proteção das paisagens culturais seja feita através de um processo de inventariação, que lhe identifique os atributos, e de gestão, que controle e estabeleça limites às mudanças de uso e às intervenções a serem

realizadas, para que estas não lhe afetem de forma significativa e as futuras gerações continuem reconhecendo os valores que elas carregam. Sendo o tempo e o espaço variáveis dinâmicas, ao realizar um inventário, o que se tem é a “fotografia” de um instante, em que estão presentes as concepções vigentes de uma sociedade e de seu comportamento acerca da natureza, bem como as relações entre ambos. A paisagem cultural continuará evoluindo ao longo do tempo, porém mantendo-se os atributos que permitiram a identificação dos valores.

Deste modo, as intervenções a serem realizadas em uma paisagem cultural devem partir de um julgamento crítico, em que sejam considerados os atributos e sua importância para a manutenção dos valores patrimoniais. Cada paisagem cultural é um caso particular, expressa determinado caráter, o qual orientará os especialistas no processo de intervenção.

4.5.3 Os valores da Paisagem Cultural

O valor é uma construção humana e difere de categorias como o tempo e o espaço; não possui uma representação quantitativa, mas, exclusivamente qualitativa. Os valores são construídos a partir de consensos, acordos entre os homens, sendo uma categoria puramente histórica (CONNOR, 1994), que dá sentido ao tempo e ao espaço.

No campo do patrimônio, o jurista, filósofo e historiador Aloïs Riegl, em 1903, em “O Culto Moderno aos Monumentos”, propôs uma análise da “índole” dos monumentos, seus diferentes valores e as relações entre eles. Riegl (1999) sistematiza, sob o enfoque da identificação e da classificação de valores, as posturas expressas nas obras de autores que tratavam do patrimônio no século XIX, como John Ruskin, Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc e Camillo Boito.

A expressão monumento advém do latim *monumentum*, derivado de *monere*, que quer dizer “advertir” ou “lembrar”, significando, pois, aquilo que traz algo à lembrança; algo edificado para evocar, tocar pela emoção. Essa função memorial foi atribuída a muitas edificações, designadas de monumentos históricos, bens que, embora não tivessem sido edificados para tal, desempenhavam esse papel.

A paisagem cultural, como monumento, é um depositário de valores e detentora de um papel memorial, motivo pelo qual a categorização de Riegl (1999) lhe é aplicável. Com a interpretação dos documentos patrimoniais e das reflexões de

Delphim (2006), Lacerda (2002) e Sales (2000) foi possível identificar outros valores atribuídos contemporaneamente à paisagem cultural, expandindo o conjunto definido por Riegl (1999). Buscou-se reunir os valores em grupos temáticos, embora sem a intenção de impor limites fixos de distinção entre eles, posto que “quase sempre, são fortemente imbricados, de difícil delimitação, uma vez que não existem separadamente” (LACERDA, 2002, p. 60).

Ao defender que toda atividade humana e todo destino humano de que se foi conservado testemunho têm o direito de reclamar para si um valor histórico, Riegl (1999) incluiu, ainda que não explicitamente, a paisagem cultural. Ele procedeu à identificação de diversos valores presentes nos monumentos, classificando-os em: valores rememorativos, ligados à memória, história e história da arte, e valores de contemporaneidade, que surgem da satisfação das necessidades materiais e espirituais do homem contemporâneo.

Os valores rememorativos compreendem o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor rememorativo intencionado. O valor de antiguidade refere-se à transitoriedade das criações humanas, cujo fim é a degradação e seu reconhecimento ocorre de forma imediata, tanto por especialistas como por leigos, ao se observar o monumento. Para os defensores da manutenção desse valor, as intervenções no monumento são indesejadas, pois fogem ao seu ciclo natural de criação e destruição.

Por seu caráter polissêmico, a paisagem, enquanto objeto cultural, tanto no contexto brasileiro, quanto no internacional, se viu desmembrada em duas correntes conceituais. Enquanto uma identificava nos fatores ambientais o eixo determinante da dinâmica espacial, a outra trabalhava com a produção social como elemento principal. Esta dualidade, conforme nos mostra Ribeiro (2007), refletia as próprias instruções da UNESCO para inscrição dos patrimônios mundiais.

Em novembro de 1972, durante a XVII Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, foi elaborada a Recomendação de Paris, constando das determinações para proteção do “Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”. O documento divide os bens patrimoniais em duas categorias, o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural, ambos explicitados a seguir:

I – DEFINIÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

Artigo 1º - Para fins dessa convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
 - Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
 - Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem com a natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
- Artigo 2º - Para fins dessa convenção serão considerados como patrimônio natural:
- Os monumentos naturais construídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
 - As formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
 - Os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

A segregação das capacidades humanas e das estruturas da natureza em conceitos distintos de patrimônio, ainda segundo Ribeiro (2007, p. 38), mostrou-se defasada diante da evolução do pensamento ecológico. A existência de bens cuja excepcionalidade baseava-se na justaposição de elementos culturais e naturais evidenciou a necessidade de revisão dos padrões adotados pela UNESCO.

Foi instituída, no ano de 1992, uma nova categoria de proteção, denominada Paisagem Cultural (MITCHELL *et al.*, 2009, p. 06), contemplando lugares excepcionais, representativos da estreita relação estabelecida entre o humano e o ambiental.

Fato é que o estabelecimento de uma área como Paisagem Cultural Brasileira está atrelado a três aspectos importantes: o primeiro, como sugerido pela Carta de Bagé, diz respeito ao Chancelamento do lugar, ou seja, à conferência de um título, um “selo de qualidade” ao território de características excepcionais; o segundo, transcrito no Artigo 4º, aponta a obrigatoriedade de um pacto de gestão de gestão compartilhada, conforme já ressaltado anteriormente, com a possibilidade de ser acompanhado de um Plano de Gestão para a Paisagem Cultural em questão; e o terceiro aspecto é a autorização de qualquer pessoa física ou jurídica a solicitar “a instauração de processo administrativo visando a chancela da Paisagem Cultural Brasileira” (Artigo 6º), revelando a preocupação com o direito à cultura, assegurado pela Constituição de 1988.

4.5.4 A Paisagem Cultural como Patrimônio

O tema das paisagens culturais coloca-se na atualidade como uma forma inovadora de conceber a proteção e a gestão do patrimônio. Em primeiro lugar porque permite superar a dicotomia até hoje presente na atuação dos órgãos públicos de preservação, no que diz respeito ao tratamento entre o patrimônio material e imaterial, entre o natural e o cultural, entendendo-os como um conjunto no qual os seus diferentes significados se articulam num todo vivo e dinâmico. Por outro lado, a forma como têm sido desenvolvidas as primeiras experiências na esfera pública patrimonial em território nacional mostra outra faceta igualmente complexa na atuação em paisagem cultural: a compreensão de que a proteção e a gestão deste patrimônio devem ser feitas com a participação das populações moradoras, por meio do envolvimento e da valorização dos saberes locais.

Sua regulamentação é dada pela Portaria Nº 127 de 2009 do IPHAN, que apresenta definições sobre o conceito de Paisagem Cultural que passou a ser considerado para a aplicação da Chancela, dispõe sobre os meios de obtê-la e sobre a necessidade de monitoramento.

A chancela estabeleceu o procedimento de aplicação prática de um conceito que não é novo ou original (pelo contrário, a paisagem cultural tem sido amplamente discutida e estudada desde o final do século XIX, especialmente pela geografia, da qual se origina conceitualmente, e também no campo do patrimônio cultural, especialmente após a adoção do conceito pela UNESCO, em 1992) mas que ainda não havia se traduzido em instrumento de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Sua consecução é, contudo, tarefa difícil, tendo em vista a complexidade que envolve a seleção, caracterização, delimitação e, especialmente, a gestão dessas “porções peculiares do território nacional representativas do processo de interação do homem com o meio natural, às quais a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

A inovação trazida pelo instrumento, comparado com os demais mecanismos de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, reside no fato de não ser apenas um ato declaratório, cujas atribuições de gestão recaiam apenas sobre o órgão concedente e nesse caso o IPHAN, mas em propor, antecipadamente, mecanismos

de preservação conjunta entre os diversos agentes cujas interfaces têm muito a dialogar e contribuir efetivamente com a paisagem cultural a ser chancelada.

Dessa forma, importa salientar que além de uma nova e importante ferramenta de reconhecimento do patrimônio cultural, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser compreendida como instrumento de gestão territorial compartilhada. Sua eficácia está baseada no estabelecimento de um pacto não só entre os entes públicos e privados, mas, principalmente, na abertura do diálogo com a comunidade científica. Sem essa gestão, e necessariamente sem essa interação sobre o território selecionado e, conseqüentemente, a efetiva preservação das paisagens culturais, seu cumprimento de pactuação por cada uma das partes será desastroso. Até o momento, parece residir aí um dos principais pontos nevrálgicos de aplicação da Chancela – a definição do diálogo, das ações e atribuições de todos os envolvidos.

Ainda que o IPHAN possua prática no trato com o “patrimônio espacial”, como no caso das cidades históricas e monumentos naturais, a experiência de elaborar coletivamente instruções que promovam a proteção de uma classe patrimonial merece maior atenção.

Por outro lado, a ausência na Portaria Nº 127/2009 de detalhamentos sobre o conteúdo básico dos Planos de Gestão sugere que para cada paisagem chancelada se identifique a melhor estratégia de gerência. Ainda assim, entendemos que alguns parâmetros não definidos pela Portaria devem ser comuns a todo Plano elaborado, independente das feições e particularidades que as Paisagens Culturais Brasileiras venham a apresentar.

4.5.5 Estratégias de Gestão Integrada da Paisagem Cultural

Nos últimos anos tem se acentuado a discussão em torno da categoria "paisagem cultural", apesar de ela ter sido incluída há mais de vinte anos na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO e de dezenas de paisagens já terem sido nela inscritas.

Ao lado do desafio colocado pelo próprio conceito de “paisagem cultural”, uma das questões que mais tem preocupado os pesquisadores e órgãos do patrimônio ao redor do mundo, tem sido a da sua gestão.

Uma relação harmônica entre conservação do patrimônio e desenvolvimento socioeconômico é um desafio há muito presente na gestão de sítios históricos.

Abordagens recentes, como a de paisagem cultural, enfocam a interdisciplinaridade e o território como chaves na formulação de políticas integradas que superem dicotomias clássicas, incluindo o distanciamento ainda diametral na gestão dos patrimônios em todas as suas vertentes.

Experiências como estas, em função de suas inovações e conquistas, vêm sendo reconhecida por órgãos nacionais, como o IPHAN e o extinto Ministério das Cidades fundido ao atual Ministério do Desenvolvimento Regional, e órgãos internacionais como o Programa *World Heritage Studies*, da *Brandenburg University of Technology*.

Essa abordagem amplia significativamente o conceito de patrimônio na medida em que reúne e articula conceitos e objetos de diversos campos disciplinares, considerando a interdisciplinaridade e o território como chaves para a superação da fragmentação ainda praticada tanto na concepção quanto na implementação de políticas públicas. Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõem, ao mesmo tempo em que admite, o constante movimento e as relações intrínsecas e inseparáveis entre abordagens da história, da geografia, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da ecologia, entre outras, e suas correspondências no meio físico, na edificação e no território urbano, rural ou natural.

Essa nova concepção torna bastante complexa a gestão do patrimônio, requerendo a revisão, adaptação e a reformulação das políticas de preservação vigentes, sobretudo em sua articulação inter-setorial.

4.5.6 O planejamento urbano na conservação do patrimônio: políticas setoriais

A prática da conservação de sítios históricos urbanos vem mostrando que o tombamento, embora cumprindo seu papel na outorga de valor, é um instrumento insuficiente diante das necessidades de conservação sustentável do patrimônio compreendido como paisagem cultural. Tal abordagem considera essencial a interdisciplinaridade, pressupondo a articulação de vários aspectos do patrimônio antes enfocados isoladamente, bem como a ação integrada do planejamento e gestão

territoriais com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas.

Desta maneira, a preocupação maior está em conjugar a política de conservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica necessariamente em não impedir a mudança, mas em direcioná-la e, portanto, trabalhar na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a estratégia que se revela mais adequada ao controle e direcionamento das mudanças e atualizações necessárias à conservação sustentável do patrimônio baseia-se na utilização de instrumentos do planejamento urbano. Todavia, não se trata apenas da prática do planejamento territorial, mas, sobretudo, de sua articulação ao planejamento das atividades econômicas, sociais e culturais a serem desenvolvidas em um sítio histórico urbano singular situado em área de conservação da mata atlântica e dos mananciais.

Diante destas preocupações, o poder público local deve se preocupar em instituir leis da Zona Especial de Interesse do Patrimônio (ZEIP), um instrumento que vem sendo considerado inovador pelo Ministério de Desenvolvimento Regional e IPHAN, exatamente por articular o planejamento urbano às diretrizes de conservação e gestão da paisagem cultural e demais políticas públicas setoriais.

Conforme exigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº10.257/2001), o processo de elaboração do projeto de lei deve ocorrer de forma participativa, por meio da Comissão das ZEIPs, com representação da comunidade local e representantes dos órgãos de preservação do patrimônio (nacional, estadual e municipal), dos Conselhos Municipais de Política Urbana, de Universidades e entidades de classe. Assim as comissões garantem a participação ativa e qualificada dos moradores, que recebem capacitação especial para o processo.

Os técnicos das prefeituras, na maioria dos casos, não devem ter assento nesta comissão, atuam como formuladores de estudos técnicos e mediadores dos debates. Os técnicos dos órgãos de conservação participaram ativamente, desempenhando o papel de orientadores e debatedores das diretrizes e parâmetros formulados. A abordagem da paisagem cultural aplicada às localidades que solicitam a chancela deverá, obrigatoriamente, acontecer, visando sua realidade local, por meio dos seminários de capacitação e reuniões realizadas no âmbito do processo participativo via Comissão das ZEIPs.

Inicialmente a Lei Nº 10257/2001 pactua conceitos referentes à conservação, restauração, reparação, manutenção, atualização tecnológica e adaptação (art. 5º), diferenciando essas terminologias e propondo uma hierarquização dos diversos tipos de intervenção no patrimônio edificado, visando à desburocratização dos processos de aprovação nos órgãos de conservação e o compartilhamento de papéis entre as instituições gestoras, institucionalizando uma prática já corrente entre as Prefeituras e os órgãos de conservação do patrimônio.

4.5.7 Interdisciplinaridade, participação e território

No campo do patrimônio, diversos autores brasileiros vêm apontando a necessidade da aproximação/integração disciplinar, da construção de uma inter ou transdisciplinaridade, fundamentais à ação preservacionista. Nenhuma disciplina tem condições de assumir a sua totalidade, as discussões sobre a conservação cultural, tampouco a formação de profissionais para atuarem nessa seara. Contudo, a importância da contribuição de cada disciplina nesse universo inter e multidisciplinar é, justamente, o que ela põe em diálogo graças a sua singularidade.

Uma integração que não deve significar a desintegração ou a homogeneização da própria cultura, mas a interação como chave cognitiva, analítica e interpretativa. Uma integração que parte de um levantamento técnico-multidisciplinar de informações e que constrói a interdisciplinaridade – ou seja, a soma e relação entre os diversos olhares e caminha rumo à transdisciplinaridade. Esta que visa à organização do conhecimento, articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas parcelares. Uma busca de atitude empática de abertura ao outro e seu conhecimento, ancorada numa ética da outridade e num processo de diálogo de saberes que envolve, sobretudo, a inclusão dos saberes empíricos.

Intrinsecamente ligado a integração transdisciplinar está a ética da outridade é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e é interdependente de outros indivíduos. A existência do “eu-individual” só é permitida mediante contato com o outro. Isto significa que a postura, a atitude em relação ao outro devem se abrir ao respeito, à escuta e a uma relação que não se funda na destruição das identidades, mas dialogicamente se altera do indivíduo ao coletivo no processo de construção conjunta de novas percepções, sentidos, posições, conhecimento e, conseqüentemente, identidades. O outro, que possivelmente virá,

é um outro coletivo, até porque carregamos conosco inúmeras identidades, algumas conscientes, conhecidas e outras não, que poderão ser despertadas no processo de interação com os outros.

A gestão sustentável se fundamenta num sistema ancorado no tripé compartilhamento, integração e participação. Compreendendo o compartilhamento como interinstitucional vertical, com articulação entre as instituições de patrimônio nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como interinstitucional horizontal, com articulação entre setores de um mesmo nível de governo; a integração interdisciplinar como promotora da transversalidade temática desde a concepção e identificação do patrimônio (valores, significados) à simbiose dos instrumentos de gestão; e uma participação que se pretende cidadã, isto é, que se estenda para além do “notório-saber” técnico-acadêmico, a classe política à seara de direitos e deveres quanto ao patrimônio cultural, exercendo, enfim, aquilo que se designa por cidadania.

A articulação com a gestão urbana é condição substancial e fundante do território como arena. O patrimônio abordado na perspectiva da paisagem cultural, retoma, amplia e coloca novas questões ao debate acerca da conservação integrada da cidade à questão do patrimônio. Não nos referimos apenas dos centros históricos, mas da cidade como um todo, seu patrimônio rural, moderno, industrial, arqueológico, natural, imaterial e qualquer outro tipo ou denominação que surja. Falamos de um planejamento territorial que tome, definitivamente, a cultura como um dos elementos norteadores da leitura e gestão das cidades e regiões, de uma cultura como tema, o patrimônio como objeto e a conservação como objetivo, constituindo um trinômio importante para pensar o território, seja o bairro, a cidade, uma região ou o país, para pensar o planejamento, o desenvolvimento e a sustentabilidade, relacionado-as, evidentemente, às demais demandas da política urbana/rural.

O que se constata no complexo campo do patrimônio, é que ele foi se estruturando sobre diversas dicotomias, Há sempre percepções e lógicas, que constituiram bipolaridades elementares, resumidamente uma no plano das ideais e outra da ação: a teoria e a prática. Uma na esfera pessoal e outra na coletiva: o privado e o público. Uma em busca da proteção e outra da conservação: a tutela e a fruição social. Uma visando o objeto e o fragmento e outra o objeto e o todo: monumento e a paisagem cultural. Entre outros aspectos que foram separados mas estão unidos, que se complementam, mas que se contrapõem, numa unidade que, paradoxalmente, não dispensam estas dualidades e a possibilidade de inúmeras relações e simbioses.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar o patrimônio gastronômico dos restaurantes nos municípios oriundos da antiga Colônia de Silveira Martins/RS, foram localizados 52 estabelecimentos alimentícios no recorte espacial em estudo (tabela 1), sendo dez desses materializadores dos aspectos culturais identificadores da etnia italiana. Porém, cabe ressaltar que nem todos disponibilizaram informações para compor este trabalho.

Tabela 1- Estabelecimentos alimentícios localizados nos municípios oriundos da antiga Colônia de Silveira Martins/RS

Municípios	Estabelecimentos localizados
Silveira Martins	Restaurante La Sorella, Restaurante Kaisorada, Manjericão massas, Restaurante Val de Buia, Restaurante Pinton, Produtos coloniais moinho Moro, Della Campagna Cantina, Loro produtos coloniais, Kiosque restaurante e Vitélio Ristobaretto.
Ivorá	Cabanas Paraíso Hotel Lancheria e Restaurante, Quiosque da Praça e Restaurante Clube União.
Faxinal do Soturno	Bar da Frida, Bar da Gema, Barril Bar, Downtown Gastrô e Lounge Bar, Duo Restaurante, Restaurante Esporte Clube Cruzeiro, Moby Dick Restaurante e The King Pub Bar e Restaurante.
São João do Polêsine	Restaurante Pertutti, Rincão da Encantada, Pousada e Restaurante Recanto, Romilda Restaurante e Restaurante Rio Vale.
Dona Francisca	Restaurante Franciscano, Restaurante Clube Franciscano e Life Quiosque da Praça.
Nova Palma	Bar e Restaurante Ponto 206, Churrascaria do Trevo/Casca, Lancheria Camnpal, Resaturante Paiol, Padaria, confeitaria, lancheria e pizzaria Sapore Nostro, Pizzaria Pança Piena, Restaurante do Padilha, Restaurante e Lancheria do Jaci e Restaurante Sabor da Casa.
Pinhal Grande	Anônimo's Restaurante, Casa Colonial, Dallanora Restaurante, Faustão Lancheria, Kiosque Lanches e Ponto Certo Lancheria.
Arroio Grande	Famintu's Restaurante, Padaria, Confeitaria e Cafeteria, Grelhados Setembrino, Pizzaria e Pastelaria Casarão, Kiosque da Di, Monteiro Beer, Lancheria e Pizzaria 3 irmãos, Restaurante e Lancheria Posto Branco e Cantina Pozzobon.

Assim, o primeiro restaurante identificado foi o Val de Buia localizado na Rodovia RS-804, S/N – Silveira Martins. Os proprietários Volnei Lima Ivo e sua esposa, ambos descendentes de imigrantes, fundaram o estabelecimento no ano de 2003, com a finalidade de ser um empreendimento familiar e também visando a parte turística e cultural (figura 8).

Figura 8 – Fachada do Restaurante Val de Buia



Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

A administração do local no início era feita em conjunto entre pais e filhos, já nos dias atuais os filhos tomaram para si essa responsabilidade e assumiram boa parte das atividades idealizadas pelos seus pais no início dos anos 2000.

O cardápio apreciado e elogiado por muitos clientes é derivado das receitas trazidas e adaptadas pelos imigrantes que chegaram. Os pratos independentes de datas especiais ou estações do ano é fixo, mantendo a tradição. A cozinha funciona sob a supervisão da esposa de seu Volnei, no passado ela contava com menos

colaboradores, nos dias atuais conforme a demanda foi aumentando, o número de colaboradores também aumentou.

Na chegada, ao restaurante, os clientes são recepcionados e direcionados as mesas reservadas, uma vez que o restaurante só trabalha com a modalidade de reservas. O número de funcionários muda conforme a estação climática, no verão trabalham com uma média de 6 funcionários podendo até triplicar durante o inverno (figura 9 e 10). No que tange a decoração, alguns elementos remetem a características italianas, como por exemplo, os lustres em formato de rolhas de vinho.

Figura 9 – Ambiente interno do Restaurante Val de Buia



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Ressalta-se, que os funcionários não possuem cursos profissionalizantes para desempenharem a função que ocupam, são todos orientados pelos proprietários de como agir e servir. Todos colaboradores são moradores da região e descendentes de imigrantes e têm o emprego no restaurante como uma renda extra já que o estabelecimento só funciona aos finais de semana.

Figura 10 – Detalhes da decoração do ambiente interno do Restaurante Val de Buia



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

O restaurante se encontra em meio a uma área verde, onde os clientes podem desfrutar do contato com a natureza, além de uma praça ao ar livre com brinquedos para crianças (figura 11).

Figura 11 – Área externa do Restaurante Val de Buia



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Já no que se refere a alimentação, a média de refeições servidas em um dia de casa cheia pode chegar ao total de oitocentos. A matéria prima utilizada na preparação dos pratos é toda oriunda da colônia e armazenada no próprio estabelecimento. O proprietário afirma que não há substituição de matéria prima por falta de acesso.

Os pratos são servidos em sequência, começando pela tábua de frios como entrada, logo em seguida os pratos quentes até chegar na sobremesa. Entre os mais repetidos pelos clientes estão o risoto, galetto, bife à milanesa e as massas. A idade média dos frequentadores gira em torno dos trinta a cinquenta anos, sendo a maior a incidência de clientes aos domingos que é o dia de maior fluxo no estabelecimento.

O ambiente possui estacionamento privativo, e redes sociais ativas como meio de publicidade para àqueles que gostam de se manter informados sobre o funcionamento e as reservas. Os proprietários ressaltam que estão desenvolvendo um projeto de expansão do restaurante, uma vez que eles consideram o seu negócio consolidado.

O Ristorante La Sorella, propriedade do seu Celito Dalmolin, neto de imigrantes, teve o início de suas atividades em maio de 1992. Localizado na rua Vitélio Zago, Nº275 – Centro de Silveira Martins, o restaurante é um dos mais lembrados entre os apreciadores da culinária típica italiana (Figura 12).

Figura 12 – Entrada do Ristorante La Sorella



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

A ideia de ter o restaurante aconteceu após o ano de 1991, quando ocorreu o Plano Collor que confiscou a poupança. Neste mesmo ano, seu Celito que trabalhava como bancário em outro município, acabou perdendo seu emprego, além de estar em meio a um processo de divórcio com sua primeira esposa. Celito, relata que ao se deparar desempregado e com dois filhos pequenos, não viu outra maneira a não ser se mudar para um local menor e abrir um negócio próprio para o sustento da família.

Ao se estabelecer em Silveira Martins, prestou atenção na festa de Santo Antônio de Pádua, e ao perceber o interesse dos fiéis pela comida típica, começou a planejar o seu restaurante (figura 13). Inicialmente com capacidade para 35 pessoas diariamente, com o passar dos meses viu que o foco dos clientes era mais aos finais de semana, e então alterou para o funcionamento aos sábados e domingos.

Figura 13 – Folder da propaganda dos serviços oferecidos pelo Ristorante La Sorella

ATENDIMENTO

sábados (almoço e jantar)
domingos (almoço)
feriados (almoço)

Nos demais dias, grupos acima de 25 pessoas. Atendemos eventos e reuniões.

Aceitamos cartões de crédito e de débito.

SOB RESERVA

Av. Vitélio Zago, 275 - Centro
Silveira Martins - RS - Brasil

Fones: (55) 3224-1205/ 99628-6960
www.ristorantelasorella.com.br
contato@ristorantelasorella.com.br

RISTORANTE La sorella desde 1992

RECOMENDADO NO **tripadvisor**

Indicado pelo **GUIA DO TURISMO**

CARDÁPIO

• **Entrada:**
Tábua de frios (copa, salame, queijo muçarela, queijo de porco e queijo provolone).
Pão, cuca, torradinhas, pimentão em conserva, queijo ralado, patê de salame, geléia de abacaxi com pimenta, berinjela napolitana e polenta).

• **Sopa de Agnolini**

• **Pratos Principais:**
Salada verde e de maionese
Polenta na chapa
Risoto de frango
Filé à parmegiana (sábados)
Galeto (domingos e feriados)

• **Rodizio de Massas:**
Talharim (moda da casa, filé aos quatro queijos)
Espaguete (ao alho e óleo, al pesto, ervas na manteiga)
Lasanhas (frango, à bolonhesa, berinjela)
Canelone (espinafre com ricota)
Tortéi (morangi)

• **Sobremesas:**
Abóbora em calda, ambrosia, pudim e sagu com creme.

RECOMENDADO NO **tripadvisor**

Fonte: Ristorante La Sorella. (2020).
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

O La Sorella, foi o restaurante pioneiro na gastronomia típica italiana em Silveira Martins. No passado era administrado somente por seu Celito, nos dias atuais ele divide a administração com os filhos que são responsáveis também pela publicidade do estabelecimento.

O restaurante segue receitas regionais de influência local, sempre tentando manter a tradição. A cozinha fica por conta dos 14 funcionários, todos moradores da região também. Os funcionários responsáveis pela recepção dos clientes utilizam trajes típicos identificadores da cultura italiana.

O ambiente é temático, remetendo os clientes a uma sala de estar italiana. Os pratos são servidos no estilo sequência, tábua de frios, pães e cucas e em seguida os pratos quentes. (Figuras 14, 15 e 16)

Figura 14 – Sequência servida pelo Ristorante La Sorella



Fonte: Homepage Ristorante La Sorella, (2020).
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

O estabelecimento só funciona aos finais de semana, datas especiais ou em reuniões com mais de 25 pessoas em dias úteis, sendo os domingos os dias de maior movimento sendo servidas até 150 pessoas.

Figura 15 – Ambiente interno do Ristorante La Sorella



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

A matéria prima para a confecção dos pratos vem de diversos municípios distantes de Silveira Martins, como por exemplo, os frios, pois, devido a constante fiscalização da Vigilância Sanitária, é preciso ter notas fiscais e a procedência dos

produtos ofertados aos clientes, o que acabou por descaracterizar a cultura e o hábito de consumir esses produtos diretamente da colônia. Já o vinho servido na casa, continua sendo o Val Feltrina, feito no interior da colônia e bem aceito pelos clientes.

Figura 16 – Tábua de frios e vinho servidos como entrada da sequência



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Destaca-se, que, o estabelecimento está em obras para expansão, mas ao ser questionado se considera seu negócio consolidado, seu Celito é enfático ao dizer que não têm nem palavras devido a atual situação financeira do país que afeta a todos em diversos aspectos.

O Restaurante e Pousada Recanto, foi criado em junho de 1999 pelo arquiteto Luiz Carlos Bessler, descendente de imigrantes alemães de Venâncio Aires/RS. O Restaurante se localiza na Rua Recanto Maestro, 443 – Zona Rural, São João do Polêsine. (Figura 17).

Bessler, foi convidado pelo então idealizador do Recanto Maestro, Antônio Meneghetti, para desenvolver todos os projetos arquitetônicos do local. Ao adquirir uma propriedade centenária de imigrantes italianos no local, Bessler resolveu transformá-la em pousada, restaurante étnico e sua moradia.

Figura 17 – Pousada e Restaurante Recanto



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

O local é administrado somente pelo gerente Leonardo Iop Bortoluzzi. O cardápio possui pratos de origem local, até renomados internacionais. Diferentemente dos demais restaurantes identificados, o Recanto não possui um cardápio fixo, muda todos os finais de semana. A equipe que prepara os pratos, é formada em

Gastronomia pela Faculdade na localidade do Recanto Maestro. Além disso, todos os funcionários recebem cursos anuais de receitas italianas e boas práticas de melhoramento com professores vindos da Itália.

No restaurante existe o serviço de recepção dos clientes. O número de funcionários oscila entre cinco durante a semana chegando a 13 aos finais de semana. Os funcionários trabalham com trajes típicos e o ambiente é temático. A antiga casa de pedra construída por imigrantes no começo da colonização da Quarta Colônia, serve de cenário natural para os clientes. O ambiente preserva as madeiras usadas como colunas de sustentação da casa e até mesmo o piso original em algumas partes (figuras 18, 19 e 20).

Figura 18 – Salão principal do Restaurante Recanto



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

A média de refeições servidas aos finais de semana é de 40 unidades. Já os pratos executivos servidos à noite durante a semana são de quatro a cinco unidades.

A matéria prima para a confecção dos pratos é comprada em parte na Colônia, os frios como os demais estabelecimentos, são comprados em outros municípios devido as exigências da Vigilância Sanitária. O armazenamento dos alimentos é todo feito no restaurante.

Figura 19 – Características e decoração interna do Restaurante Recanto



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Quanto a substituição de ingredientes o gerente destaca que muitos produtos são comprados de fora da região, que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) incentivou algumas produções como por exemplo a couve de

Bruxelas, porém não deu segmento, assim, é preciso comprar dos fornecedores do estado do Paraná e aguardar até sete dias para o recebimento.

Entre os pratos mais solicitados do cardápio estão: strudelli, risoto e massas. Cabe destacar que o estabelecimento não trabalha com o tradicional bife à milanesa.

O restaurante recebe um público de todas as idades, não podendo precisar uma faixa etária. A publicidade do restaurante se faz presente tanto nos meios digitais quanto impressos (figura 21).

Figura 20 – Estruturas originais preservadas no interior do Restaurante Recanto



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Figura 21 – Folder ilustrativo da Pousada e Restaurante Recanto

Nos finais de semana
nosso sistema de empratados
fazendo sucesso

Confira as sugestões em nosso site:
www.pousadarecanto.com

Pratos Deliciosos!

Sextas jantar,
Sábados almoço e jantar,
Domingos almoço
(55) 99920-3487

Pousada e Restaurante
Recanto

Fonte: Pousada e Restaurante Recanto, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Desse modo, o gerente considera que devido a uma boa gastronomia reconhecida pelos seus frequentadores, é possível reconhecer a consolidação do restaurante na região.

Em meio a sete hectares de área verde, encontra-se o Restaurante Rio Vale. Localizado na Estrada de São João Valentim – Vale Vêneto – São João do Polêsine. Nilton Brondani, nascido em Vale Vêneto, adquiriu a propriedade rural de seu tio. A família de seu Brondani é descendente de imigrantes italianos. (Figura 22).

Figura 22 – Imigrantes italianos da família do Nilton Brondani



Fonte: Acervo pessoal de Nilton Brondani, 2020.
 Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Ao adquirir a propriedade no ano de 2015, construiu um galpão para guardar o maquinário agrícola, mas seu sonho sempre foi colocar um restaurante com vista para o Vale. Foi então, que desativou o galpão recém construído e o adaptou para o restaurante (Figura 23).

O nome Rio Vale, surgiu devido a propriedade estar assentada em meio ao Vale Vêneto e por passar um rio que divide o terreno (Figura 24).

A administração do estabelecimento é toda feita pelo seu Brondani, esposa e filhos. Os pratos são feitos com base nas receitas da região de matriz italiana, o preparo dos alimentos fica por conta do sr Brondani, sua esposa e filho. O local só trabalha mediante reservas aos finais de semana, sendo o cardápio fixo servido na

tradicional sequência da região: frios, pães, cucas, risoto, galetto, saladas, bife à milanesa e massas.

Figura 23 – Área onde se encontra o Restaurante Rio Vale



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Figura 24 – Entrada do Restaurante Rio Vale



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

O ambiente apesar de servir gastronomia típica italiana, não pode ser considerado temático. O espaço comporta até 180 pessoas sentadas. Ressalta-se que o estabelecimento está sempre com lotação máxima.

Com um diferencial dos demais, o Rio Vale serve todos os clientes ao mesmo tempo, pois seu Nilton considera mais harmônico que todos se alimentem ao mesmo tempo e em datas festivas o Restaurante distribuí lembranças características da cultura italiana. (Figura 25 e 26).

Figura 25 – Preparo dos alimentos servidos aos clientes no Restaurante Rio Vale



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

A família tem planos para expandir os negócios, a ideia é começar a servir um rodízio de pizzas uma vez ao mês, já que na região ainda não disponibiliza essa modalidade de serviço.

Quanto a matéria prima, como os frios, seu Brondani prefere buscá-los no Uruguai, pois devido as exigências da Vigilância Sanitária, ele considera que ao comprar os industrializados nacionais acaba por descaracterizar o sabor colonial buscado pelos frequentadores da etnia italiana.

Figura 26 – Palhas italianas distribuídas como lembranças às clientes no Dia Internacional da Mulher



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

O restaurante abrange mais clientes com a faixa etária entre 30 a 50 anos, sendo na maioria das vezes famílias que buscam uma culinária boa, típica em meio a paisagem natural em que o estabelecimento se encontra.

A publicidade do local é feita por meio digital e impresso, os filhos do Seu Brondani são os responsáveis por esta função, e acreditam que as mídias sociais são a principal forma de publicidade do estabelecimento e também uma das formas mais eficientes e rápidas atualmente.

O ambiente interno do restaurante é decorado de forma rústica. Cestas com pães, garrafas de vinhos vazias com flores como arranjos de mesa, mobílias de madeira maciça entre outros detalhes, pois mesmo o espaço sendo derivado de um galpão, os proprietários tentam fazer com que se pareça o máximo possível com uma sala de estar antiga típica italiana, (figura 27).

Figura 27 – Decoração interna do Restaurante Rio Vale



Fonte: Trabalho de campo, 2020.
Org.: BARRETO, J. da R. 2020.

Contudo, a família acredita que pode melhorar em vários aspectos, pois o empreendimento é recente perante aos demais e mesmo assim percebem um retorno positivo de seus clientes.

Os estabelecimentos temáticos italianos analisados seguem em parte as práticas culturais da gastronomia em estudo, pois mantêm pratos bases culturais identificadores dessa etnia. (Mapa 4). No entanto, em alguns estabelecimentos visitados, não são propriedades de famílias italianas, mas de famílias que se

identificam com a cultura de alguma forma, por terem residido algum tempo em municípios de imigração italiana ou por apenas apreciarem a gastronomia estudada.

As práticas para elaboração dos pratos são transmitidas pelos proprietários aos funcionários em ambos os estabelecimentos, práticas essas, adquiridas por iniciativa própria por apreciar está culinária, e por cursos realizados nos próprios estabelecimentos e ministrados por professores internacionais.

No Distrito de Vale Vêneto, encontra-se o Romilda Restaurante. O casal de proprietários naturais de Silveira Martins, Arlindo e Romilda, filhos de imigrantes italianos, voltaram de Santa Maria no final da década de 90 para Vale Vêneto, após aposentados. Compraram a propriedade onde hoje vivem e é o Restaurante (figura 28). No início era apenas um bar, mas com o passar do tempo em 2008 virou Restaurante devido ao aumento do turismo no local.

Figura 28 – Entrada do Romilda Restaurante



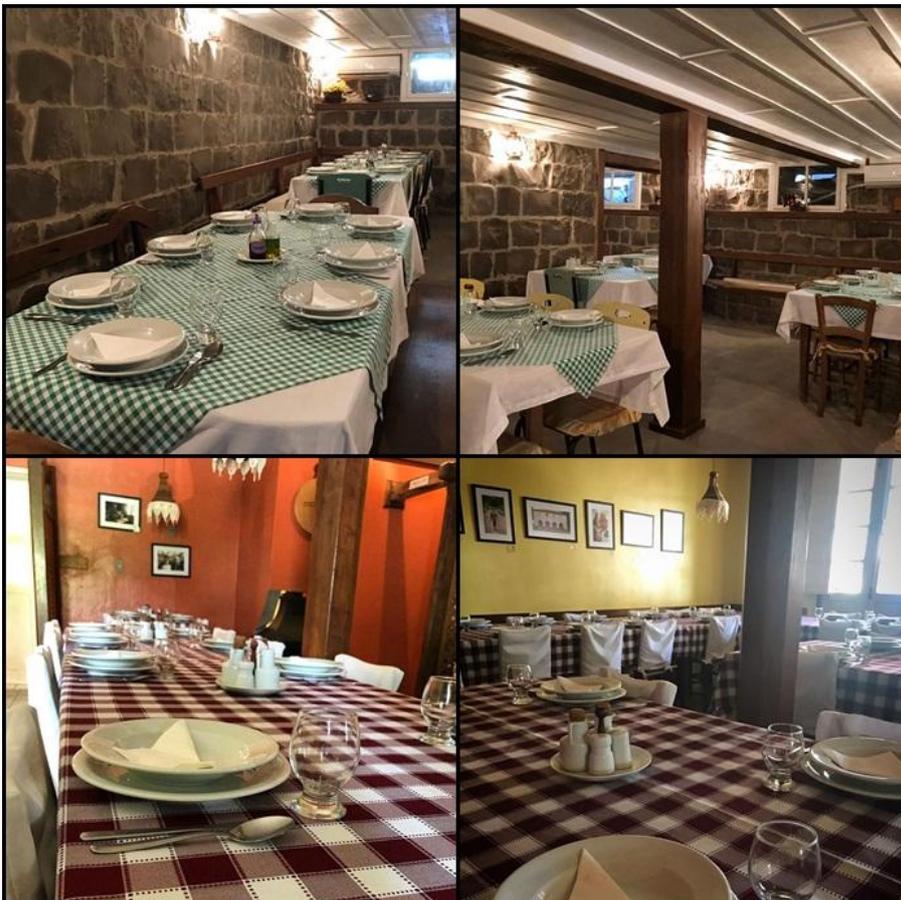
Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

O Restaurante é administrado pelos proprietários Arlindo Roratto e Romilda Cielo Roratto. Os filhos do casal ajudam os pais no atendimento e compras para o estabelecimento.

A cozinha é supervisionada pela proprietária, com apenas uma funcionária fixa que possui cursos de boas práticas para serviços de alimentação, e de três a quatro aos funcionários rotativos aos finais de semana, conforme a necessidade, além de contarem também com a ajuda dos filhos. Os pratos são tipicamente italianos, elaborados no próprio restaurante. O cardápio é fixo, sempre aos finais de semana, já em datas especiais são acrescentados alguns pratos ou sobremesas diferenciadas.

O ambiente tem uma decoração temática, cores e estampas que remetem a cultura italiana, móveis rústicos e objetos utilizados pelos imigrantes, além dos funcionários trabalharem com uniformes típicos (figura 29).

Figura 29 – Ambientes do Romilda Restaurante



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

A média de refeições servidas no inverno atinge o número de 120, sendo que o Restaurante só funciona aos sábados e domingos na hora do almoço. Já as matérias primas utilizadas na elaboração dos pratos são compradas preferencialmente nos estabelecimentos e açougues da região e dos mercados de Santa Maria. Desta maneira, raramente há substituição de ingredientes por falta de acessibilidade a matéria prima, quando isso ocorre é geralmente com as verduras.

Entre os pratos mais solicitados pelos clientes estão o nhoque com queijo provolone e o bife à milanesa (figura 30). Os vinhos servidos no Restaurante são oriundos da colônia e alguns outros nacionais/importados industriais.

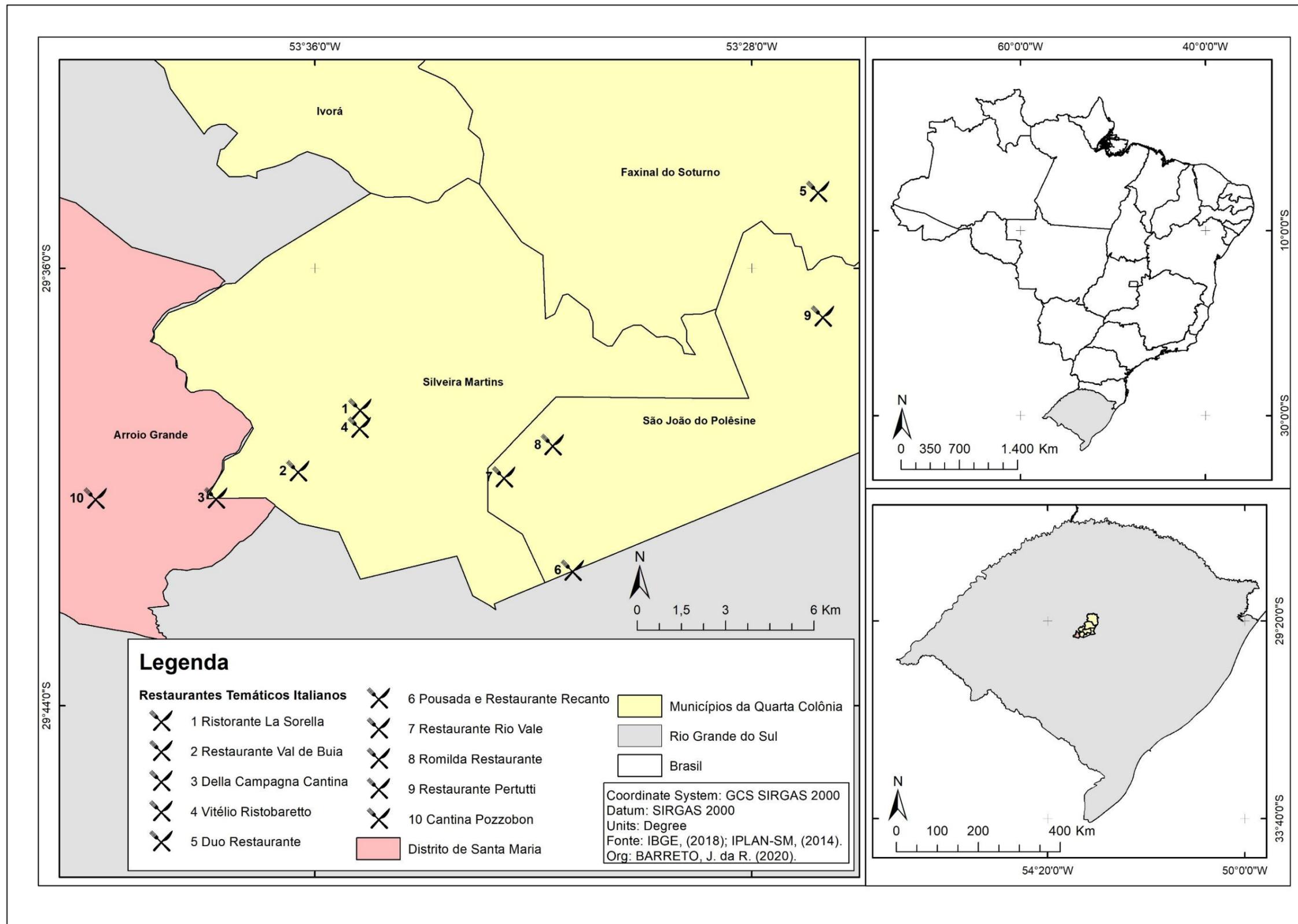
Figura 30 – Pratos mais solicitados no Romilda Restaurante



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: BARRETO, J. da R. 2019.

Desta forma, os proprietários consideram que possuem um reconhecimento e marca bem consolidada na região, atendendo de acordo com a capacidade do estabelecimento, ainda que, a dificuldade do acesso em estrada de chão, total de 6km, entre a RS 149 até Vale Vêneto.

Mapa 4 – Mapa de localização dos Restaurantes de etnia italiana nos municípios do recorte espacial em estudo



Fonte: IBGE, (2018); IPLAN-SM (2014).
Org.: BARRETO, J. da R. (2020).

Destaca-se, que todos os estabelecimentos identificados possuem traços temáticos que identificam a cultura italiana tais como: luminárias em formato de rolhas de vinhos, tecidos com cores e estampas nas mesas que remetem a Itália, paredes nas cores vermelho e verde com quadros e azulejos com símbolos italianos, som ambiente, mobílias dos imigrantes, entre outras decorações fazendo com que seus consumidores se sintam próximos dessa etnia, tendo assim, grande procura do público apreciador dessa gastronomia típica.

Como produto final da Dissertação, foi elaborado o *blog* Restaurantes típicos italianos da Quarta Colônia de Imigração italiana, o qual está disponível para acesso no endereço eletrônico <https://gastronomiatipicaitaliana.blogspot.com/> com a localização e fotos dos restaurantes, além de comentários de frequentadores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Patrimônio e a Geografia Cultural na atualidade apresentam-se como formas de evidenciar e analisar a organização/reorganização espacial da identidade étnica nos municípios oriundos da referida Antiga Colônia de Silveira Martins. Desta forma, este trabalho procurou analisar o contexto da inserção dos restaurantes de etnia italiana na unidade territorial em estudo, usando como base a associação das gastronomias étnicas num processo de identificação da sociedade. Ao desenvolver este trabalho, entendemos que os restaurantes étnicos poderiam ser um interessante objeto de estudo, tanto pela forma da comida quanto pelo passado da imigração na então Antiga Colônia de Silveira Martins.

A gastronomia italiana permite demonstrar, aos consumidores, sua cultura de origem, pois nos restaurantes étnicos é possível inserir-se culturalmente através da diversidade de seus códigos. Nestes ambientes, não se consome apenas o alimento, mas toda uma cultura a qual está atrelada no ato de se alimentar para os italianos e seus descendentes.

Em alguns dos restaurantes identificados, os proprietários já não são os imigrantes vindos da Itália, mas sim, seus netos e bisnetos já nascidos em terras gaúcha, e, em muitos casos, já perderam referências importantes da cultura de origem de seus avós, como a língua/dialetos, costumes e até mesmo os hábitos religiosos. São originários tanto das colônias de imigração quanto das cidades aos redores da Antiga Colônia.

Salienta-se, porém, que há uma forte tentativa por parte dos proprietários de proporcionar uma experiência do comer associando a refeição à etnicidade. Mesmo estando geograficamente localizados a uma grande distância do local de origem da cozinha a que fazem referência, ou seja, a Itália. Essa experiência é estimulada e vivenciada de diferentes formas pelos clientes que, ao frequentarem os restaurantes, fazem parte da sua reprodução e reterritorialização cultural.

O caminho dos proprietários dos restaurantes identificados difere conforme à origem social e ao modo como se deu a introdução no setor, com frequência acarretando em mudanças geográficas. Nos deslocamentos, além dos sujeitos, a família costuma ser mobilizada.

O trabalho familiar é estruturado sendo compreendido como fundamental para o desempenho cotidiano do negócio, particularmente quando a divisão do trabalho se

dá entre o casal e os filhos. Ao mesmo tempo, a administração do estabelecimento também vem a ser feita por meio de mão de obra familiar.

Para os proprietários, o reconhecimento com o étnico tende a ser mais forte, pois evidenciam preocupação em manter o restaurante pelo o que ele representa para o amparo financeiro da família e também para a perpetuação da cultura italiana nos municípios. Notoriamente, o objetivo maior é o financeiro por meio de aplicação em um nicho do mercado que está cada vez mais sendo procurado por pessoas que buscam interagir com a cultura e costumes italianos.

Não podemos ignorar, no entanto, uma preocupação com a valorização da cultura e da culinária italiana, de um ambiente que, mesmo parcialmente, é reproduzido socialmente sendo no âmbito cultural ou econômico.

Deste modo, há uma perspectiva de expansão dos restaurantes étnicos no município, considerando a disseminação da gastronomia que cresce. Enfatiza-se que os estabelecimentos identificados como materializadores da cultura italiana são aconchegantes e temáticos, o que, de certa maneira, atrai um público seletivo em termos de conforto e bom atendimento.

Portanto, a gastronomia para a maioria das pessoas, é o único meio de ter contato com uma cultura diferente da sua. Para outras, representa a conservação da cultura com seus descendentes. E, entre todos os aspectos da cultura, talvez seja o de mais fácil identificação.

Dessa forma, percebeu-se que a gastronomia étnica italiana se constituiu como um referencial étnico do grupo, voltando-se principalmente aos consumidores dessa cultura, sejam eles descendentes italianos ou não. Sendo assim é possível ressaltar as diferenças culturais existentes entre as sociedades, de forma com que através do código cultural gastronomia se possa contribuir para a valorização de outros grupos étnicos.

A pesquisa buscou disseminar as informações da realidade cultural gastronômica italiana, bem como, a influência que os restaurantes étnicos podem trazer para o desenvolvimento local, cultural e financeiro dos municípios em estudo.

O trabalho buscou também, colaborar com os estudos de Patrimônio Cultural, Paisagem Cultural e Geografia Cultural, que investigam as percepções e transformações humanas sobre o espaço, oportunizando explorar o local a partir dos códigos culturais, especificamente, o gastronômico. Desta forma, na investigação, foi resgatado o código cultural - gastronomia, procurando verificar se os mesmos mantêm

traços identificadores da culinária italiana; se os garçons vestem trajes típicos; se o restaurante é decorado com objetos identificadores dos italianos entre outros elementos.

Assim, buscou-se colaborar com a diversidade e riqueza gastronômica como fator de identidade cultural enfatizando os saberes e os fazeres dos grupos sociais. Portanto, a problemática desta investigação alicerçou-se na valorização cultural gastronômica mediado pelos restaurantes étnicos italianos enfocando os municípios oriundos da Antiga Colônia de Silveira Martins. Ressalta-se que o mercado consumidor dessa etnia juntamente com a mão de obra e o fácil deslocamento da matéria prima até os municípios são questões fundamentais para o entendimento dessa expansão significativa desses estabelecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. M. C. et al. **Da alimentação à gastronomia**. Brasília: E. da UNB, 2005.

ARMESTO, F. F. **Civilizations**: Culture, Ambition, and the Transformation of Nature. New York: Paperback Book NY, 2002.

ARMESTO, F. F. **Comida**: uma história. São Paulo: Record, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS PAISAGISTAS—ABAP. Boletim Especial PAISAGEM ESCRITA, setembro de 2010, São Paulo. p.8.

BARRETO, J. da R. **O código cultural gastronomia**: a espacialização dos restaurantes japoneses em Santa Maria/RS. 2017. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia Bacharelado)—Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

BARRETO, J. da R. **Geografia Cultural**: A espacialização gastronômica considerando a diversidade étnica de Santa Maria/RS. Núcleo de Estudos Regionais e Agrários – NERA, Relatório de Pesquisa FIPE/UFSM, 2014 (inédito).

BELUZZO, R. **A valorização da cozinha regional**. 1ª Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar, Brasília - DF. Coletânea de palestras. Brasília, 2004.

TENSER, C. M. R. (Org.) **Gastronomia**: cortes & recortes. Brasília: Senac Distrito Federal, 2006. 1 v. p. 69-79.

BRUM NETO, H. **O processo de ocupação étnico – cultural e sua influência na organização do espaço geográfico da Microrregião Geográfica de Restinga Seca-RS**. 2004. 93 f. Trabalho de Graduação (Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

BRUM NETO, H. **Regiões culturais**: a construção de identidade culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 319 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

BRUM NETO, H. **Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul**. 2012. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, 2012.

CABRAL, N. R.; ALENCAR, J.; SOUZA, M. P. **Área de proteção ambiental**: Planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos: Rima, 2005.

CAETANO, J. N. **A influência cultural portuguesa na reorganização do espaço da microrregião geográfica de Cruz Alta/RS**. 2012. 270p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria 2012.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARTA IBEROAMERICANA DE PAISAJE CULTURAL. Disponível em: < <http://ipce.mcu.es/pdfs/carta-iberoamericana-del-paisaje.pdf> >. Acesso em: 21 de ago. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: E. da UFSC, 1999.

COMMISSARIATO GENERALE DELL' EMIGRAZIONE. "Avvertenze per l'Emigrante Italiano". Roma: [s.n], [19--]. 16p.

CONNOR, S. **Teoria e valor cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre Paisagem, tempo e cultura. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: E. UERJ 1999.

_____. **Geografia Cultural**: introdução à temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

CORRÊA, R. L. "**Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia**." In: Geografia: conceitos e temas. Organizado por. I. E. Castro, P.C. C. Gomes e R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSGROVE, D. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: E. UERJ, 1998, p. 92-123.

COSGROVE, D. E. **Em Direção a uma Geografia Cultural Radical**: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 103-134.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: E. da USC, 2002.

CURY, I. (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: E. Iphan, 2000.

DELPHIM, C. F. de M. Considerações sobre intervenções em paisagens protegidas por seu excepcional valor. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. Parecer técnico.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Lauro César. Paisagens e construção de cidades a partir da imigração do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.182/5619>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

FIGUEIREDO, L. C.; PIMENTA, M. de C. A. (Orgs.). **Lugares**: patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis: E. UFSC, 2014.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro**. Barcelona: Anagrama, 1995.

FUNARI, P.P.; PELEGRINI, A. O Que é Patrimônio Cultural Imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, L. S.; HEREDIA, V. História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST. Edições, 2007.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999, p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, S. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSBAWN, E. **Introdução**: A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA—IBGE. In: IBGE Cidades @: **Estimativa da População 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL- IPHAN. Portaria nº 27, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 maio. 2009. p.17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA ESPANHA. Plan Nacional de Paisaje Cultural. Disponível em: <<http://ipce.mcu.es/>>. Acesso em: 23 de ago. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL—IPHAN. Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Rio Grande de Sul, 18/08/2007.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas patrimoniais. Organização de Isabelle Cury. 2. ed. rev., aum. Rio de Janeiro: E. Iphan, 2000. 384 p.

_____. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão.** In I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Brasília: 2009. IPHAN. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: 2011.

LACERDA, N. **Os valores das estruturas ambientais urbanas:** Considerações teóricas. In: ZANCHETI, S. M. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: E. UFPE, 2002.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. V. 7, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. Antropologia - Uma Introdução. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENESES, U. T. B. de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTANARI, M. **Comida como Cultura**. São Paulo: SENAC, 2008.

_____. **O mundo na cozinha**. São Paulo: SENAC, 2009.

OLIVEIRA, L. DE. **Introdução:** O estudo do sabor pela Geografia. **Geograficidade:** Dossiê Sabores Geográficos, Niterói, v. 2, n. 1, p. 27-29, 2012.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo:** A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORNELLAS, L. H. **Técnica dietética:** seleção e preparo de alimentos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.

_____. **A alimentação através dos tempos**. Florianópolis: E. da UFSC, 2008.

ORTIZ, R. **O próximo e o distante**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEREIRA, S. M. **Entre histórias, fotografias e objetos:** imigração italiana e memória de mulheres. 2008, 279 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vértice, v.10, 1992.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: E. UFSC, 2006.

REKOVVSKY, C. J. A utilização da referência ao espaço na construção da identidade étnica em restaurantes alemães e italianos na cidade de Porto Alegre/RS. In.: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 9, 2011, Goiânia/ GO. **Anais...** Goiânia: ANEPEGE, 2011. 1 CD-ROM.

_____. **A geografia dos restaurantes alemães de Porto Alegre – RS**. 2013. 216 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

RIBEIRO, R, W. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: E. IPHAN, 2007.

RIEGL, S. J. *Conserving historic gardens*. Journal of Architectural Conservation, v. 6, n. 2. jul. 2000. Disponível em: http://www.donhead.com/journal_architectural_conservation/journal_of_architectural_conservation_past_issues.htm. Acesso em: 04 dez. 2014, Aloïs. El culto moderno a los monumentos. Madri: Visor, 1999.

RÖSSLER, M. **Los paisajes culturales y la convención del patrimonio mundial cultural y natural**: resultados de reuniones temáticas previas. Reunión de Expertos sobre paisajes culturales en Meso América. San José, Costa Rica: Centro del Patrimonio Mundial/Oficina UNESCO para América Central, sep Disponível em: <[org/unesco/cap%2006%20metchild%20rossler.pdf](http://org.unesco/cap%2006%20metchild%20rossler.pdf)>. Acesso em: 22 maio, 2019.

SANTOS, C. R. A. **A alimentação e seu lugar na história**: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucite, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo – Razão e Emoção. São Paulo: E. USP, 2002.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: E. UERJ, 1998, p. 12-74.

_____. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-27.

SCHLÜTER, R. **Gastronomia e Turismo**. Tradução Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

SPONCHIADO, B. A. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: E. Pallotti, 1996.

TREFZER, R. **Os sabores do Piemonte: Receitas. História e Histórias.** São Paulo: SENAC, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA—UNESCO. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. World Heritage Committee, 17^a session (Paris, 17 de outubro à 21 de novembro de 1972).

_____. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. World Heritage Committee, Sixteenth session (Santa Fe, United States of America, 7-14 Dec. 1992). Disponível em: <http://whc.unesco.org/ar_chi_ve/repcom92.htm>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA—UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Paris: World Heritage Centre, WHC/92, revised March 2012.

VENDRAME, M. I. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”. A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: E. UFSM, 2007.

VEYNE, P. Como se escreve a história. E. UNB, 1999.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. **Os temas da Geografia Cultural.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003. cap. 03, p. 27-62.

WEISSHEIMER, M. R. **Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática.** In: Fórum Patrimônio. v. 5, n.2, Belo Horizonte: 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DE RESTAURANTES DESCENDENTES DE IMIGRANTES DE ITALIANOS QUE RESIDEM OU RESIDIRAM NOS MUNICÍPIOS ORIUNDOS DA ANTIGA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS/RS



Orientador: Prof. Dr. Lauro Cesar Figueiredo

Mestranda: Jaqueline da Rosa Barreto

QUESTIONÁRIO TRABALHO DE CAMPO – Dissertação de Mestrado
Público-alvo: proprietários de restaurantes descendentes de imigrantes de italianos que residem ou residiram nos municípios oriundos da antiga Colônia de Silveira Martins/RS

1- Qual é o nome do estabelecimento e o endereço?

2- Qual a etnia dos gestores do estabelecimento?

3- Quando foi criado, quem criou como surgiu/ contexto?

4- Quem administra?

5- Há outros familiares envolvidos na administração?

6- Como são elaborados os pratos e qual a origem das receitas?

7- O cardápio é fixo ou muda conforme o dia da semana ou datas especiais?

8- Quem cozinha?

9- Você possui origens familiares da etnia identificada como predominante?

- () Sim. Qual? _____
() Não.

10- O proprietário é natural de qual município, estado, país?

11- O que levou a abrir o restaurante étnico?

12- Existe serviço para recepcionar os clientes?

- () Sim. Qual? _____
() Não.

13- Qual o número de funcionários diários?

14- Os funcionários possuem curso profissionalizante?

- () Sim. Onde realizou o curso? _____
() Não.

15- Os funcionários trabalham com uniformes típicos?

- () Sim.
() Não.

16- A decoração do ambiente é temática?

- () Sim.
() Não.

17- Há pretensão de expansão do estabelecimento?

- () Sim. Onde? _____
() Não.

18- Trabalham com a modalidade de tele entrega?

() Sim

() Não

19- O estabelecimento é uma franquia?

() Sim

() Não

20- Qual a relação com a matriz ou as demais franquias?

21- Qual a média de refeições servidas diariamente?

22-De onde vem a matéria prima utilizada na elaboração dos pratos?

23- Como e onde é armazenada essa matéria prima?

24-Há substituição de ingredientes por falta de acessibilidade à matéria prima?

25- Qual o tempo de transporte da matéria prima até o estabelecimento?

26- Quais os pratos mais solicitados?

27- Quais os dias de maior movimento no estabelecimento?

- Diário.
 Final de semana.

28- Qual a idade média dos frequentadores?

- Até 30 anos.
 De 31 à 50 anos.
 Mais de 50 anos.

29- Como é feita a publicidade do estabelecimento?

30- O local possui estacionamento privativo para os clientes?

- Sim.
 Não.

31- Tem redes sociais ativas?

- Sim, quais? _____
 Não.

32- Você considera o seu negócio estável e consolidado?